

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

DILVAN PASSOS DE AZEVEDO

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE POPULISMO

SALVADOR
2023

DILVAN PASSOS DE AZEVEDO

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE POPULISMO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

ORIENTADOR: DR. ABEL LASSALLE CASANAVE

SALVADOR
2023

DILVAN PASSOS DE AZEVEDO

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE POPULISMO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em _____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Abel Lassalle Casanave (UFBA)

Dr. Jorge Alberto Molina (UFBA)

Dr. Waldomiro José da Silva Filho (UFBA)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Abel Lassalle Casanave, que me acompanhou durante toda a graduação e cuja dedicação profissional e ensinamentos foram fundamentais para a minha formação filosófica, e por todo o apoio incondicional concedido à conclusão desta minha empreitada.

Aos amigos do grupo de pesquisa em Comunicação, Internet e Democracia, da Facom/UFBA, em especial ao professor Dr. Wilson da Silva Gomes, que tem me acompanhado por tantos anos, pelos ensinamentos, incentivo e por todo apoio concedido à realização deste trabalho.

Aos meus amigos da graduação, Felipe Santos, Walter Andrade, Germano Neto e Paulo Rezende, pelo companheirismo, pelas provocações, pelas discussões acadêmicas e por terem me proporcionado momentos de boas reflexões.

Aos meus queridos amigos de longa data e companheiros de aventuras, Jorge Cardoso Filho, Pedro Fernandes Neto e Tiago Lima, que sempre me incentivaram e muito me ajudaram a conquistar meus objetivos.

Aos meus pais, Maria Rita Passos e Divaldo Barbosa de Azevedo Filho, à minha irmã, Daniele Passos de Azevedo, e à minha avó, dona Santinha Carmo Passos, por todo apoio afetivo fundamental nos momentos mais difíceis da produção deste estudo.

Ao Colegiado do curso de Filosofia, por toda a infraestrutura oferecida, pela qualidade e atenção dos seus professores, pela generosidade e simpatia dos seus funcionários.

RESUMO

A ascensão de lideranças populistas em diversos países do mundo nos últimos anos tem reanimado um intenso e controverso debate acerca do conceito de populismo no âmbito da Filosofia e Ciência Políticas. Nosso propósito aqui é se inserir neste campo minado e tentar contribuir, em alguma medida, com esse debate oferecendo algumas reflexões que visam esclarecer o conceito de populismo. Para tanto, em um primeiro momento, partimos de uma revisão bibliográfica sobre o tema, apresentando as principais concepções e abordagens mais tradicionais que marcaram o conceito até o início da década de 1990. Em um segundo momento, nosso foco se volta para algumas das concepções mais recentes, sobretudo aquelas que surgiram tendo em vista os avanços do populismo de extrema direita nas últimas décadas. A exposição dessas diversas concepções é importante não apenas para demonstrar a complexidade da tarefa empreendida, mas também porque, em um terceiro momento, procuramos propor uma concepção para o populismo que se beneficia em alguma medida das contribuições dadas pelas reflexões anteriores. É preciso observar, no entanto, que a nossa imersão na revisão bibliográfica, embora abrangente e significativa, ainda está longe de ser exaustiva, pois procuramos focar nas principais abordagens e definições, na medida em que pareceram ajudar no cumprimento do objetivo proposto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 NOS RASTROS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO	10
3 AS ABORDAGENS MAIS RECENTES PARA O CONCEITO DE POPULISMO	28
3.1 Populismo como uma ideologia	28
3.2 Populismo como um discurso	32
3.3 Populismo como uma estratégia política	35
3.4 Populismo como um estilo político	38
3.5 Populismo como uma relação política	39
3.6 Populismo como uma lógica política	42
4 POPULISMO E RETÓRICA POPULISTA	47
5 PARA CONCLUIR: O ESTILO RETÓRICO POPULISTA	59
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, não há dúvida sobre a *importância* do populismo. Mas ninguém tem muita clareza sobre o que *é* exatamente. [...] Ele se espalha por toda parte, mas de formas diversas e contraditórias. Será que tem alguma unidade subjacente ou o nome abarca uma variedade de tendências desconexas?¹ (IONESCU; GELLNER, 1969, p. 1).

A preocupação manifestada por Ghita Ionescu e Ernest Gellner na introdução do livro *Populism: its meanings and national characteristics*, publicado no final da década de 60, permanece válida ainda hoje. De um lado, o uso cotidiano que se faz do termo é ainda um tanto confuso. Políticos, jornalistas, comentaristas e analistas políticos continuam a empregar largamente o epíteto “populista” para caracterizar fenômenos e atores políticos de diversos matizes e em contextos variados. “Populistas” são políticos, partidos, movimentos de protesto, governos, políticas públicas, práticas políticas, discursos, performances, ideologias, oriundos de ambos os lados do espectro político (esquerda e direita) e de diferentes regiões do mundo, desde o ocidente ao extremo oriente (ROODUIJN, 2014; YOSHIDA, 2019). Ainda no que diz respeito ao amplo uso da expressão, pesa o fato de o termo ter adquirido, ao longo do tempo, também uma carga pejorativa, o que significa que raramente é usado como um rótulo auto descritivo, em que o próprio sujeito se reconhece e se assume como tal, e muitas vezes é empregado irresponsavelmente por terceiros com o intuito de depreciar ou de aviltar alguma personalidade ou prática políticas (BRUBAKER, 2019).

De outro lado, as investigações e os debates acadêmicos tampouco tiveram êxito em alcançar um consenso satisfatório acerca de uma definição comum que pudesse permitir aos pesquisadores e analistas políticos empregar confortavelmente o termo como uma categoria analítica. Não obstante todos os esforços empreendidos, a longa trajetória percorrida pela expressão “populismo” na bibliografia científica não foi suficiente para eliminar a sua equivocidade, e o termo permanece suscetível a muitas interpretações, tendo acumulado, em todos esses anos, muitas definições derivadas das mais diversas perspectivas e abordagens ao tema (CANOVAN, 1981; MOFFITT, 2016). Essa amplitude, tanto do aspecto intensional quanto do aspecto extensional do conceito, tem lhe rendido, conseqüentemente, pesadas acusações que dizem respeito à sua imprecisão, obscuridade e até à sua inutilidade como

¹ Tradução nossa do original: “There can, at present, be no doubt about the importance of populism. But no one is quite clear just what it is. [...] It bobs up everywhere, but in many and contradictory shapes. Does it have any underlying unity, or does one name cover a multitude of unconnected tendencies?” (IONESCU; GELLNER, 1969, p. 1).

categoria analítica² (COLLIOT-THÉLÈNE, 2019; MACKERT, 2019). Apesar das críticas, no entanto, parece haver algum consenso no campo científico acerca da utilidade em aplicar o termo “populista” a atores, partidos ou movimentos políticos que apresentam certas características distintivas, de modo que o seu abandono, aparentemente, está fora de cogitação. O desafio, e talvez a fonte das divergências, consiste em identificar quais seriam essas características distintivas e qual peso atribuir a certos aspectos em relação a outros (TORMEY, 2019).

Resta, portanto, como ponto de partida comum a todas as pesquisas que abordam o tema, a espinhosa tarefa de encarar esse desafio e de demarcar, da forma mais clara e precisa possível, a definição de populismo que está sendo adotada como referência para o estudo. A dificuldade da tarefa consiste não só em ter que lidar com o problema da polissemia, mas também em escolher uma via para contorná-lo. Tradicionalmente, os pesquisadores abordaram essa questão de três modos: uma parte enveredou por uma abordagem histórico-sociológica e acabou por considerar o populismo como um fenômeno relacionado a contextos específicos, procurando explicá-lo em função das características que marcaram esses contextos; outra parte, no entanto, optou por uma abordagem mais essencialista, tentando encontrar uma solução de caráter universal para a definição do termo a partir da identificação de aspectos comuns e essenciais ao fenômeno; e uma terceira parte preferiu adotar uma abordagem taxonômica, classificando e distinguindo as diversas experiências empíricas do gênero “populismo” em variadas espécies (TAGGART, 2000).

Ainda assim, esses esforços não foram suficientes. Recentemente, alguns pesquisadores, insatisfeitos com as abordagens anteriores, preferiram investir intelectualmente na elaboração de sua própria compreensão para o conceito (PAPPAS, 2019). Esta via, contudo, pode contribuir mais para agravar o problema da polissemia do termo do que para resolvê-lo. Outros pesquisadores, por sua vez, empregaram esforços no sentido de encontrar uma definição mínima para o conceito, a partir de uma comparação entre as diferentes abordagens (ROODUIJN, 2014). Definições mínimas, porém, geralmente flertam com o risco de tornarem-se extremamente vagas. Outros, ainda, simplesmente optaram por adotar, justificadamente, uma dentre as muitas abordagens que já se encontram disponíveis no mercado de ideias (NORRIS;

² Para uma crítica do uso da definição “clássica” de populismo para a compreensão dos processos políticos nos governos de Cárdenas (1934-40), Perón (1946-55) e Vargas (1930-45), ver Roxborough (1984). Para uma consideração mais recente sobre como o conceito de populismo se tornou, por sua vagueza, um obstáculo para as análises de fenômenos políticos, ver Colliot-Thélène (2019). Ainda assim, essas posições críticas ao uso do conceito são minoritárias na bibliografia especializada.

INGLEHART, 2019). Seja como for, ao lidar com o tema não há como escapar dessa tarefa, visto que a clareza conceitual é fundamental para se proceder com as distinções necessárias em qualquer estudo. Nosso propósito, portanto, é tentar contribuir de algum modo com esse debate, oferecendo algumas reflexões que visam esclarecer o conceito de populismo.

No que se segue, portanto, adotaremos o seguinte percurso para alcançar o nosso propósito, que é o de explicitar uma concepção para o populismo. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, em um primeiro momento, apresentaremos as principais concepções e abordagens, digamos, mais tradicionais, que marcaram o conceito até o início da década de 1990. Em um segundo momento, nosso foco será redirecionado para algumas das concepções mais recentes, sobretudo aquelas que surgiram tendo em vista os avanços do populismo de extrema direita nas últimas décadas. A exposição dessas diversas concepções será importante não apenas para demonstrar a complexidade da tarefa empreendida, mas também porque, em um terceiro momento, pretendemos propor uma concepção para o populismo que se beneficie em alguma medida das contribuições dadas pelas reflexões anteriores. Ademais, é preciso observar que esta revisão bibliográfica, embora abrangente, não tem a pretensão de ser exaustiva, pois tende a focar nas principais abordagens e definições, sobretudo na medida em que ajudem a cumprir o objetivo proposto.

2 NOS RASTROS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO

Ainda que o termo “populismo” tenha surgido no período tardio da modernidade, e suas definições, mais recentemente ainda, há quem procure remontar as origens do conceito até o pensamento político da antiguidade. Para a cientista política María Casullo (2019), do ponto de vista de uma genealogia, o populismo seria algo como um subproduto da própria democracia e, conseqüentemente, das inevitáveis tensões internas que se estabelecem entre o povo e as elites sociais. E por ser praticamente impossível desvincular as duas coisas, a história do populismo, portanto, ao menos enquanto ideia, seria tão antiga quanto a da democracia. Para sustentar esta tese, Casullo (2019) argumenta que tanto Platão, na *República*, quanto Aristóteles, na *Política*, já falavam a respeito da presença, nas democracias, de um forte ressentimento por parte dos mais pobres em relação aos mais ricos e mais virtuosos, e do risco político de que certos demagogos tirassem proveito desta condição, atizando os pobres contra os aristocratas, para satisfazer as suas próprias ambições de poder e seus interesses particulares. Seria, aliás, dessa maneira que as democracias antigas se corromperiam em tiranias³.

A rigor, a presença de uma tensão iminente entre povo e elites não seria uma exclusividade das democracias, mas poderia ser estendida também a qualquer regime político no qual se estabeleça uma relação entre governantes e governados. Sendo assim, Casullo (2019) observa que também Maquiavel, em *O Príncipe*, teria alertado sobre a presença desse sentimento de rivalidade entre o povo, que não deseja governar, mas também não quer ser oprimido, e a nobreza, cujo interesse por acumular cada vez mais poder implicaria a necessidade de oprimir o povo. Maquiavel teria, então, recomendado aos líderes de principado que o melhor e mais vantajoso para a conservação do seu poder seria manter-se sempre aliado ao povo, ainda que em detrimento dos nobres, cujos interesses podem se voltar mais facilmente contra o próprio príncipe. Para Casullo (2019), a menção, nas obras desses pensadores⁴, a elementos que, mais tarde, seriam incorporados à noção de populismo, como, por exemplo, a ideia de uma tensão inevitável entre povo e elites sociais e de líderes que se apoiam nesta condição para

³ Não à toa, alguns especialistas têm traçado um paralelo entre populismo e demagogia (URBINATI, 2014; JONES, 2018). O demagogo também é conhecido, pejorativamente, como alguém habilidoso em manipular discursivamente as massas para obter benefícios pessoais. Para Nádia Urbinati (2014), o populista está para a democracia moderna (representativa) do mesmo modo que o demagogo esteve para a democracia antiga; ambos são formas desfiguradas da política democrática em seus respectivos contextos.

⁴ Provavelmente, María Casullo (2019) está se referindo aos trechos 565a – 566d da República, de Platão, 1292^a1-35 da Política, de Aristóteles, e ao capítulo IX – *De principatu civili* em O Príncipe, de Maquiavel.

governar, indicaria, em sua opinião, que a origem do conceito seria bem mais antiga do que se costuma pensar.

Vestígios do conceito de populismo também foram encontrados, ainda nos primórdios da modernidade, no interior do debate a respeito da ideia de soberania popular. Quando este debate eclodiu, por volta do século XVII, a sua reivindicação central era a de estabelecer uma fonte secular de autoridade política e, conseqüentemente, fazer com que as monarquias se tornassem mais responsivas em relação ao povo: a autoridade do rei seria derivada do povo, que lhe transfere essa autoridade para que governe em favor de todos. As versões mais radicais deste argumento sustentavam ainda que, uma vez quebrado esta espécie de acordo, o povo teria, então, o direito de remover o monarca (CANOVAN, 2005). Algum tempo depois, esta formulação viria adquirir uma nova roupagem mais condizente com as democracias liberais, segundo a qual o povo, esta entidade una, apesar de ser a legítima fonte da autoridade política, não governa a si mesmo, mas delega periodicamente esta função a um governante ou a um corpo legislativo para que a exerça em seu nome e em favor de seus interesses. Na visão de alguns pesquisadores, esta concepção moderna de soberania popular teria pavimentado o caminho para o populismo. Isto porque, além de conservar aquele elemento de tensão entre o povo e seus representantes, parece sugerir também a ideia de que o povo, enquanto fonte da autoridade política, teria o direito de destituir o governo e de recuperar o poder sempre que se encontrar em um momento de crise ou à mercê de uma elite política corrupta e auto interessada (KELLY, 2017; ROVIRA KALTWASSER et al., 2017; CASULLO, 2019). Foi esta ideia que, segundo Rovira Kaltwasser et al. (2017), teria permeado o imaginário dos movimentos populistas que surgiram nos séculos seguintes.

Ainda que tais incursões na história do pensamento político possam ajudar a fornecer certo lastro teórico a aspectos considerados como essenciais ao conceito ou a explicar certos acontecimentos a ele relacionados, toda essa retrospectiva, no entanto, deve ser considerada com alguma cautela, caso não se queira incorrer em anacronismo. A rigor, a expressão “populista”, ao menos no contexto da língua inglesa, teria surgido apenas no final do século XIX, como alcunha dos membros do Partido do Povo dos Estados Unidos – *US People’s Party* (ROVIRA KALTWASSER et al., 2017). E, em sua reconstrução histórica do conceito, John Allcock (1971) também observa que, até a década de 1950, o termo “populismo” não era propriamente uma categoria da sociologia, mas era usado, sobretudo, por historiadores para se referir a dois fenômenos históricos distintos. São estes dois fenômenos históricos que, de fato, aparecem nos primeiros estudos sobre o populismo como casos exemplares, a partir dos quais

são extraídas as características fundamentais usadas na construção de algumas de suas definições (TORMEY, 2019).

O primeiro desses fenômenos foi um movimento político revolucionário, que eclodiu na Rússia, na década de 1870, e envolveu jovens intelectuais de classe média, conhecidos como *narodniki* (populistas, em uma tradução livre do russo), que espontaneamente partiram dos centros urbanos em direção ao campo com o propósito de misturar-se aos camponeses para convencê-los a se engajarem numa rebelião contra o regime czarista (ALLCOCK, 1971; CANOVAN, 1981; TAGGART, 2000). Para além do profundo desejo de mudar a velha estrutura política russa, esses jovens intelectuais foram motivados principalmente por uma visão romântica da vida no campo. Por esta época, os camponeses russos se organizavam em torno de pequenas comunidades que conquistavam sua autossuficiência por meio da posse coletiva da terra, do trabalho cooperativo entre seus membros e das decisões tomadas conjuntamente em assembleia, o que, para os intelectuais, representava um modelo de organização social a ser preservado e expandido. Ademais, a simplicidade e as dificuldades que marcavam a vida camponesa alimentavam o imaginário desses jovens intelectuais com ideias a respeito de um modo de vida autêntico, puro, ainda não corrompido pela influência do desenvolvimento capitalista (TORMEY, 2019). Assim, milhares de jovens circularam de vilarejo em vilarejo, distribuindo panfletos e discursando para os camponeses, muitas vezes usando uma retórica religiosa como estratégia de aproximação (TAGGART, 2000). Eventualmente, essa primeira investida do movimento de intelectuais não foi bem-sucedida, porque, de um lado, os camponeses não se mostraram tão receptivos à ideia de uma revolução e, por outro lado, o regime czarista agiu rapidamente para minar o movimento, prendendo muitos de seus integrantes. Por conta disso, o movimento acabou por mudar seu método de ação, passando a empregar também a violência e o terror contra agentes e estruturas do Estado (TAGGART, 2000).

O outro fenômeno ao qual o termo esteve relacionado nesta época diz respeito ao movimento agrário que eclodiu nas regiões Sul e Oeste dos Estados Unidos, inicialmente organizado em torno de cooperativas e de alianças entre os agricultores, mas que posteriormente culminou com a formação de um partido político, o *US People's Party*, no início da década de 1890 (ALLCOCK, 1971; ROVIRA KALTWASSER et al., 2017). Diferentemente do movimento russo, o movimento agrário norte-americano surgiu de modo orgânico entre os fazendeiros sulistas, que se sentiam cada vez mais sufocados e desprestigiados tanto pelo poder político central quanto pelo sistema financeiro que havia se consolidado no norte do país.

Endividados e sem influência na política nacional, os agricultores procuraram reunir forças para impor a sua agenda, primeiro, organizando-se por meio de cooperativas regionais, mas logo avançaram para a criação de um partido político com pretensões de adquirir influência e poder na esfera federal. Entre os pontos defendidos na plataforma do partido e propagados nos discursos de suas lideranças encontravam-se: (a) o repúdio à exploração sofrida pelos fazendeiros por parte dos estabelecimentos bancários e das companhias ferroviárias; (b) a repulsa à corrupção envolvendo a política profissional, dominada pelos dois grandes partidos americanos, o partido Republicano e o partido Democrata; (c) o repúdio ao enriquecimento de grupos não produtivos, como o setor financeiro, às custas daqueles que de fato produzem; (d) a censura à desmoralização do “povo”, cada vez mais empobrecido e endividado; e (e) a reivindicação de que o governo deveria ser devolvido para as mãos das pessoas comuns (CANOVAN, 1981; TAGGART, 2000)⁵.

A esta altura, alguém poderia argumentar, com razão, que estamos diante de dois movimentos políticos distintos e independentes, cuja semelhança, aparentemente, se resumiria ao fato de que ambos simplesmente se apropriaram de uma mesma expressão, em suas respectivas línguas, como um rótulo para seus integrantes. Entretanto, mesmo reconhecendo suas notáveis diferenças, caberia perguntar se haveria algo mais em comum entre esses dois fenômenos iniciais que, porventura, pudesse ajudar a aclarar o conceito. A este respeito, é possível notar, em primeiro lugar, que ambos os movimentos compartilhavam uma noção idealizada sobre quem poderia ser considerado como o “povo”, personificado na tradição e nos valores da vida no campo e da atividade rural. Além disso, compartilhavam também a visão de que este “povo”, embora se conservasse virtuoso, enfrentava graves problemas econômicos e encontrava-se submetido a situações de humilhação, exploração, descaso ou esquecimento. Ademais, demonstravam ainda uma enorme insatisfação com as elites política e econômica de seus respectivos países e as culpavam pela má condição e infortúnios da população. Os dois movimentos também defendiam a ideia de um governo exercido mais diretamente pelo “povo” e seus integrantes acreditavam estar agindo em nome dos verdadeiros interesses desse grupo

⁵ A estes dois casos, há quem, mais recentemente, acrescente ainda um terceiro, que diz respeito ao Boulangismo na França, ocorrido entre as décadas de 1880 e 1890 (ROVIRA KALTWASSER et al., 2017; ROSANVALLON, 2021). O Boulangismo foi um movimento político francês, centrado na figura do proeminente general Georges Boulanger, que ganhou força e adesão entre os trabalhadores. Entre as suas pautas, este movimento (a) defendia um nacionalismo forte, (b) era hostil à imigrantes de outros países, (c) repudiava a elite econômica que explorava os trabalhadores e a corrupção praticada por políticos que ocupavam o parlamento e (d) reivindicava um governo democrático mais radical, um governo do povo voltado aos interesses das pessoas comuns (EATWELL, 2017). Diferentemente dos outros dois movimentos, contudo, Boulanger não se rotulou como “populista”. A rigor, a expressão só apareceu na língua francesa por volta da década de 1920 para se referir a um tipo de gênero literário, o “romance populista”, dedicado a narrativas sobre a vida de pessoas comuns, das classes populares e mais pobres (EATWELL, 2017; BARROS; LAGO, 2022).

(ROVIRA KALTWASSER et al., 2017). De fato, muitos desses elementos foram incorporados, em alguma medida, às definições posteriores de populismo.

Ao que tudo indica, foi a partir da década de 1950, ao ser apropriado pela sociologia política, que o termo “populismo” passou a ser amplamente aplicado para se referir também a outros fenômenos políticos. Aparentemente, o termo entra para o jargão da sociologia política pelas mãos do então professor de sociologia da Universidade de Chicago, Edward A. Shils, cujos escritos sobre o tema, nesta época, tinham como horizonte de referência o fenômeno do Macarthismo nos Estados Unidos (ALLCOCK, 1971). Na ocasião, fez duas contribuições importantes para o debate. Primeiro, Shils ampliou a aplicação do conceito para além dos movimentos agrários aos quais inicialmente se referia, ao considerar o populismo como uma espécie de ideologia, oriunda de uma interpretação distorcida e extremada do princípio de igualdade política e marcada por dois elementos centrais: (a) um rancor popular contra a ordem imposta à sociedade pelas diversas elites dominantes e suas instituições, mediante as quais exercem seu poder e (b) a crença de que as qualidades e virtudes do povo superariam e muito àquelas das elites (TAGGART, 2000). Concebido dessa forma, como uma ideologia, o conceito poderia ser aplicado então a vários fenômenos historicamente distintos, inclusive ao Macarthismo. Em segundo lugar, ao focar nessa oposição às diferentes fontes de autoridade estabelecidas na sociedade e, portanto, ao considerar o populismo como uma ameaça à estabilidade da democracia liberal e ao Estado de direito, Shils contribuiu também para enfatizar a carga negativa que acompanha o conceito até hoje⁶ (ALLCOCK, 1971; MOFFITT, 2016).

Alguns anos mais tarde, Seymour Lipset (1960), ainda focado no contexto norte-americano e também tendo como referência o Macarthismo, voltou a vincular o conceito de populismo à base social que sustentou os movimentos agrários do século XIX (ALLCOCK, 1971). A tese de Lipset (1960) é a de que haveria uma continuidade entre os movimentos

⁶ É preciso ressaltar que, mesmo entre os historiadores, o termo “populismo” nem sempre foi empregado tendo em vista esse caráter pejorativo. A este respeito, Canovan (1981, p. 46) comenta que: “*The classic history of Populism, which held the field for many years, was John D. Hicks’s generally sympathetic study, The Populist Revolt, which appeared in 1931. [...] Hicks gave the impression that the movement was a healthy political phenomenon, entitled to praise from the point of view of a more advanced age*”. Recentemente, a cientista política Chantal Mouffe (2019) também rejeitou expressamente a carga pejorativa do conceito para sair em defesa do populismo de esquerda. Para Mouffe (2019), a conjuntura política europeia das últimas décadas indica que estamos passando por um “momento populista”, em que a hegemonia dominante é desafiada pela multiplicação de demandas insatisfeitas oriundas de transformações políticas ou socioeconômicas. Em sua visão, esse momento é propício para que forças políticas desafiem a hegemonia política neoliberal, podendo desaguar em soluções autoritárias ou, ao contrário, na reafirmação e ampliação dos valores democráticos. Tudo dependerá da força política que sair vitoriosa e somente uma abordagem populista de esquerda poderia “oferecer um vocabulário diferente, a fim de orientar essas demandas em direção a objetivos mais igualitários” (p. 45). Assim, para Mouffe (2019), “o populismo de esquerda, entendido como uma estratégia discursiva de construção da fronteira política entre ‘o povo’ e ‘a oligarquia’, constitui, na conjuntura atual, o tipo necessário de política para recuperar e aprofundar a democracia” (p. 25).

agrários do final do século XIX, alguns movimentos políticos do início do século XX – incluindo aí a atuação da Ku Klux Klan, na década de 1920, e a performance populista do governador da Luisiana, Huey Long, na década de 1930 – e o Macarthismo dos anos 50. O elemento em comum entre esses movimentos políticos, considerados como populistas, seria justamente a sua base social de apoio, formada pelos mesmos grupos sociais, a saber, agricultores e pequenos comerciantes de regiões não metropolitanas, sem voz ou representação institucional no cenário político, frustrados com o declínio econômico de sua categoria e com a sua pouca influência na sociedade norte-americana como um todo (LIPSET, 1960). O populismo seria, portanto, um movimento político vinculado a essa base de apoio social frustrada, cujo descontentamento, a depender dos fatores históricos, seria capaz de convencer esses apoiadores a aceitarem qualquer uma das “diversas ideologias irracionais de protesto - regionalismo, racismo, supernacionalismo, anticosmopolitismo, macarthismo, fascismo” (LIPSET, 1960, p. 170).

Nesse ínterim, o adjetivo “populista” ainda foi usado para qualificar não apenas movimentos e atores políticos, mas também formas de governo. Na obra *A preface to democratic theory*, Robert Dahl (1956), por exemplo, dedica um capítulo para tratar de um modelo teórico de democracia que o autor denomina como “democracia populista” (*populistic democracy*, no original), expressão essa que surge inspirada pelo trabalho de Edward Shils, conforme o próprio Dahl reconhece. O modelo de democracia populista proposto por Dahl se refere a uma forma de governo democrático fundamentado, de um lado, na ideia de soberania popular, cuja condição de satisfação é que as decisões governamentais reflitam a posição mais aceita entre os membros da comunidade política, e, de outro lado, na ideia de igualdade política, cuja condição de satisfação é que a preferência de cada membro da comunidade política possua o mesmo peso. A única regra de tomada de decisão que garantiria essas duas condições, segundo Dahl, seria o princípio da maioria, o qual estabelece que as decisões sejam tomadas com base na preferência da maioria dos membros da comunidade. A democracia populista seria, portanto, aquela forma de governo em que a maioria exerceria uma soberania ilimitada, uma espécie de tirania da maioria⁷.

⁷ Mais recentemente, Marc Plattner (2010) apresentou uma definição para o populismo, extraída da *Encyclopedia of Democracy*, cuja formulação se aproxima dessa concepção de Dahl: “um movimento político que enfatiza os interesses, traços culturais e sentimentos espontâneos das pessoas comuns, em oposição aos de uma elite privilegiada. Para sua legitimação, os movimentos populistas frequentemente apelam diretamente à vontade da maioria – por meio de reuniões em massa, referendos ou outras formas de democracia popular – sem muita preocupação com o sistema de pesos e contrapesos ou com os direitos das minorias” (p. 88).

De modo semelhante, William Kornhauser (1959), no livro *Politics of mass society*, também adota a expressão “democracia populista” (*populist democracy*) para se referir a uma espécie de governo democrático que brota das sociedades de massa e que se contrapõe à democracia liberal, própria das sociedades pluralistas. A democracia, esclarece Kornhauser (1959) num estilo schumpeteriano, seria simplesmente um procedimento institucional para a livre escolha de lideranças mediante o voto popular. Quando esta regra de representação democrática é incorporada por uma sociedade pluralista em que há um sistema constitucional robusto, o resultado seria uma democracia liberal. Por outro lado, quando esta regra é aplicada em uma sociedade de massa, avessa à pluralidade social, e com um sistema constitucional fraco, o resultado seria uma democracia populista. A diferença crucial entre os dois arranjos políticos, portanto, estaria no sistema de freios e contrapesos. As sociedades pluralistas, ao contrário das sociedades de massa, se apoiariam não apenas em sistemas de freios e contrapesos constitucionais, mas também sociais, mediante a atuação dos diferentes grupos de interesse. Na democracia liberal, o exercício do poder seria controlado então por uma série de procedimentos institucionais e grupos intermediários, enquanto na democracia populista o poder seria conduzido de modo mais direto e irrestrito, contornando assim as instituições⁸ (KORNHAUSER, 1959).

A mudança de foco dos estudos sobre populismo do contexto norte-americano para o contexto dos países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, na década de 1960, também foi significativa para a expansão do conceito (MOFFITT, 2016). Apoiados na chamada “teoria da modernização”, alguns desses autores conceberam o populismo, de modo geral, como movimentos de massa que brotam do colapso de regimes oligárquicos, em decorrência do conflito entre a modernização capitalista e as estruturas tradicionais, para reivindicar maior inclusão da classe média e dos trabalhadores no processo político (IANNI, 1973). Nesta perspectiva, o termo “populismo” passou a ser usado para se referir ao movimento de ascensão de líderes políticos na região latino-americana, nas décadas de 1930 e 1940, que, diante das

⁸ Essa concepção que relaciona o populismo a uma posição iliberal em democracias reverbera até os dias atuais. Takis S. Pappas (2019), por exemplo, define essencialmente o populismo como a ideia segundo a qual a soberania política pertence ao “povo”, que deve exercê-la independentemente das instituições, e sintetiza esta definição igualando o populismo às expressões “democracia liberal” e “iliberalismo democrático”. Em sua visão, “o populismo é sempre democrático, mas nunca liberal” (p. 35) e, por isso, algo distinto da “democracia liberal” e da “autocracia”. Também Yascha Mounk (2019) parece fazer uma distinção semelhante ao compreender o populismo, espécie de “democracia sem direitos”, como um possível estágio de transição entre democracia liberal e ditadura. Segundo Mounk (2019), para compreender a natureza do populismo, é preciso considerá-lo como um fenômeno “tanto democrático como iliberal – que ele busca tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais” (p. 54). No entanto, ao fazer isso, abre caminho para a possibilidade de instauração de regimes autocráticos. Federico Finchelstein (2019) também posiciona o populismo como um regime que se situa entre a democracia liberal e a ditadura.

situações de grave crise econômica, de declínio das estruturas arcaicas de poder, de forte êxodo rural e de crescentes demandas pela expansão da cidadania em seus países, foram capazes de estabelecer alianças com, e de mobilizar, diferentes setores da sociedade para alcançar o poder (DE LA TORRE, 2017a; ROVIRA KALTWASSER et al., 2017). Lázaro Cárdenas, no México, Getúlio Vargas, no Brasil, Juan Péron, na Argentina, Jorge Gaitán, na Colômbia, José María Ibarra, no Equador, e Victor Raúl Haya de la Torre, no Peru, são considerados como os principais exemplos de lideranças populistas latino americanas deste período.

Com essa nova mirada para os países em desenvolvimento, Edward Shils (1960) propõe, então, uma reformulação em sua concepção de populismo, que passa agora a ser compreendido como um produto dos movimentos políticos das classes intelectuais, excluídas do poder, mas que buscaram romper as formas tradicionais de dominação em seus países com o apoio do “povo”. Os intelectuais são, segundo Shils (1960), aquelas pessoas com formação educacional avançada e qualificada, detentoras de competências e habilidades intelectuais específicas, que exercem sua profissão livremente e que, sobretudo, partilham de crenças e valores relativos a uma cultura intelectual moderna. É, pois, a tensão entre estes ideais partilhados por essa classe intelectual e a mentalidade e a estrutura políticas arcaicas ou coloniais que caracterizam os regimes dos países em desenvolvimento neste período, ou seja, é a necessidade de subverter a autoridade tradicional, que faz brotar os movimentos populistas, conduzidos por intelectuais com o apoio de classes populares. Curiosamente, apesar de sua imersão na cultura moderna, os movimentos de intelectuais dos países em desenvolvimento se mostraram avessos à consideração de certos princípios políticos liberais em seus próprios governos (SHILS, 1960). Essa abordagem, contudo, que foca nesse contraste entre elementos mais “modernos” e outros mais “atrasados” convivendo simultaneamente no mesmo espaço como uma provável explicação para o fenômeno do populismo haveria de encontrar ressonância em muitas concepções subsequentes.

Seguindo uma premissa semelhante, o sociólogo Gino Germani (1973 [1965]) considera o que chama de movimentos “nacionais-populares” da América Latina como resultado de um descompasso entre a capacidade de mobilização social e o processo de integração das diferentes camadas sociais ao sistema político nesses países. Por mobilização social, Germani se refere a um processo psicossociológico mediante o qual os grupos sociais tradicionalmente “passivos” assumem um comportamento deliberativo e, conseqüentemente, adquirem a capacidade de desempenhar certas atividades no campo político. Já a integração diz respeito àquelas formas de participação política que, por um lado, se efetuam por meio das vias

institucionais estabelecidas pelo regime político vigente e, por outro lado, são percebidas como “legítimas” pelos grupos mobilizados. Quando estes dois processos, mobilização e integração, caminham juntos, isto é, quando os diferentes grupos sociais são integrados ao sistema político à medida em que se tornam mobilizados, a tendência é que haja, nesses países, o desenvolvimento gradual de diferentes estágios da democracia representativa, começando com uma participação “limitada”, depois mais “extensa”, até alcançar a participação “total”. Quando, porém, o grau de mobilização social excede a capacidade dos mecanismos de integração, o resultado é o surgimento de movimentos “nacionais-populares”, apoiados na mobilização das classes populares e com a disposição de promover, em algum nível, a participação efetiva desses grupos sociais⁹ (GERMANI, 1973 [1965]).

Também Torcuato di Tella (1973 [1965]) associa o populismo a processos sociopolíticos específicos que teriam se desenvolvido nos países latino americanos em seu percurso rumo à modernidade. Esses processos sociopolíticos seriam, basicamente, dois: de um lado, há a formação, nessas sociedades, do que Di Tella denomina como grupos incongruentes, que são elites intelectuais e sociais consumidoras de uma cultura global e, por isso, com aspirações condizentes às dos países desenvolvidos, mas que são tolhidas pelas estruturas sociais, políticas e econômicas arcaicas vigentes em seus próprios países; e, de outro lado, há também a formação de uma massa social disponível, isto é, grupos sociais pouco organizados e sem poder econômico, porém interessados em ter uma participação mais efetiva nas decisões políticas da sociedade e igualmente insatisfeitos com o *statu quo*. O populismo, portanto, seria uma espécie de movimento político que conta com o forte apoio dessa massa popular mobilizada, conduzida por uma elite social com motivações contrárias ao *statu quo* mediante o recurso a uma ideologia ou a um estado emocional amplamente difundido que facilita a relação entre as lideranças e seus apoiadores e gera um clima de entusiasmo coletivo (DI TELLA, 1973 [1965]). Ademais, segundo Di Tella, devido ao contexto sociopolítico específico da América Latina, o populismo surge nestes países como uma força política capaz de desempenhar um papel semelhante ao que tiveram os movimentos operários e as coalizões liberais no processo de modernização em outros países.

⁹ Germani (1973 [1965]) observa, porém, que a participação promovida pelos movimentos “nacionais-populares” não diz respeito à participação no sentido de exercer alguma influência efetiva nos assuntos do governo, mas uma de outra natureza: “*participar en una huelga, elegir a un representante sindical en el taller, discutir en plano de igualdad con el patrón, modificar la relación ‘amo y siervo’ (tan corriente aún en América Latina) en el nivel del comportamiento y en un sentido igualitario: he aquí mil ocasiones de vivir un cambio efectivo*” (p. 33).

No Brasil, o primeiro trabalho acadêmico sobre populismo que se tem notícia foi publicado em 1954, na revista *Cadernos do nosso tempo*, com o título “O que é o ademarismo?” – em referência ao político paulista Adhemar de Barros –, cuja autoria foi atribuída a Hélio Jaguaribe, integrante de um influente grupo de intelectuais nacionalistas responsável pela fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) em 1953 (GOMES, 1996; BARROS; LAGO, 2022). Neste ensaio, são estabelecidas duas condições gerais para a explicação e caracterização do populismo. A primeira condição é a massificação, que resulta da proletarização de amplas camadas de uma sociedade na qual os trabalhadores ainda não estão organizados a partir de uma consciência e sentimento de classe, mas como um conglomerado de indivíduos vinculados entre si por uma sociabilidade fraca. A segunda condição é a crise de hegemonia da classe dirigente, que perde sua representatividade e sua exemplaridade, deixando de ser uma referência dos valores e estilos de vida norteadores da sociedade e passando a ser vista como parasitária. Somando-se a estas duas condições um terceiro elemento, a saber, a presença de um líder carismático capaz de envolver e mobilizar as massas, teríamos, assim, a configuração necessária para permitir o surgimento de manifestações populistas bem sucedidas (GOMES, 1996; CERVI, 2001; WEFFORT, 2003; BARROS; LAGO, 2022).

Quase uma década depois, entre os anos de 1963 e 1967, o cientista político Francisco Weffort escreveu e publicou três ensaios¹⁰ que também seriam marcantes para o desenvolvimento do conceito no Brasil (GOMES, 1996; MUSSI; CRUZ, 2020). Weffort compreendia o populismo como resultado de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, que se inicia a partir da Revolução de 1930 e se intensifica nas décadas seguintes (GOMES, 1996). Esse processo é marcado, de um lado, por uma crise do poder político oligárquico tradicional e pela conseqüente alteração da estrutura de poder operada "de cima" por integrantes da classe média e por alguns outros chefes oligarcas (como o próprio Getúlio Vargas), e, de outro lado, pela necessidade de incorporação das massas populares urbanas ao jogo político, também operada de "cima para baixo", por se constituírem como única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro, dada a incapacidade dos grupos dominantes, por divisões internas, de legitimar-se a si próprios. Nesta nova configuração do poder, o chefe de Estado assume a posição de árbitro dentro de uma situação de compromisso, na qual precisa mediar os interesses de grupos dominantes e os das massas populares. Estabelece-se, assim,

¹⁰ São eles: *Política de massas*, escrito em 1963 e publicado em 1965, *Estado e massas no Brasil*, publicado em 1965 e *O populismo na política brasileira*, publicado em 1967. Este último dá título ao livro, publicado originalmente em 1978, que reúne além de versões dos três ensaios, em sua primeira parte, outros escritos do autor sobre o tema.

uma espécie de aliança tácita entre setores de diferentes classes sociais na qual a hegemonia ainda se encontra vinculada aos interesses das classes dominantes, porém dependente da satisfação de algumas aspirações básicas das classes populares. Os líderes populistas, portanto, são aqueles capazes de costurar essa aliança entre os diferentes setores das classes sociais (WEFFORT, 2003 [1967]). Embora também afirme que o populismo resulte de um “Estado de massas”, Weffort, diferentemente de Jaguaribe, rejeita a implicação de passividade ou de manipulação unidirecional das massas, na medida em que essa “manipulação” se configura tanto na forma de controle do Estado sobre as massas quanto na forma de pressão das massas sobre o governo pelo atendimento de suas demandas reais (GOMES, 1996; BARROS; LAGO, 2022).

O que se mostrou até aqui, entretanto, são apenas alguns exemplos das diferentes definições e das diversas aplicações que acompanhavam o termo “populismo”, nesta época. Aparentemente, a situação era tão mais grave que, em 1967, foi necessário organizar uma conferência específica sobre o tema na *London School of Economics*, a qual reuniu dezenas de especialistas em diversas áreas do conhecimento oriundos de vários países diferentes, com o objetivo central de definir o populismo¹¹ (MOFFITT, 2016). O evento, no entanto, em que pese as ilustres participações, não logrou êxito no propósito de constituir um consenso acerca do conceito, prevalecendo assim as múltiplas definições. Parte desse rico debate sobre o assunto ficou registrado em um importante livro editado por Ghita Ionescu e Ernest Gellner (1969), o qual traz uma mostra das diferentes compreensões sobre o populismo que circularam pelo evento. Nesta coletânea, o populismo é entendido ora como uma ideologia apolítica fundada em uma espécie de primitivismo romântico, que combina um ressentimento contra a fragmentação social imposta pela condição de vida moderna, a idolatria a um passado idealizado que reflete os valores e o estilo de vida agrário, o sentimento de pertencimento a uma comunidade local, integral, virtuosa e consensual, e a crença de que essa condição só poderia sucumbir por usurpação, conspiração ou corrupção por parte de um agente externo, estranho (MACRAE, 1969); ora como um movimento político efêmero e ideologicamente raso, que

¹¹ John Allcock, que esteve presente na conferência e teve acesso às transcrições das apresentações orais, ilustra essa preocupação com a polissemia do termo citando as palavras proferidas pelo professor S. L. Andreski em sua palestra: “*I have made a short list of the various meanings which the authors have attached to the word, one is that populism is any kind of movement aiming at the redistribution of wealth, regardless of how it is done; the second is that it must be a movement of protest on the part of the lower classes. The third variant is further restricted to a movement not just of the lower classes in general but of rural lower classes in particular. The fourth interpretation is that populism is a movement which aims at the preservation of traditional rural way of life. The fifth meaning is that of idolisation of the peasant. In view of the discrepancies among these various meanings, we could either adopt a very broad definition, saying that populism is any kind of movement which aims at the preservation or improvement of the condition and freedom of the lower classes, or we would have to specify various narrower meanings*” (ALLCOCK, 1971, p. 378).

surge, em momentos de crise, entre aqueles grupos que se sentem às margens do poder econômico, que pertencem à periferia pobre de um sistema industrial, justamente como uma reação ao industrialismo, e cuja reivindicação, no entanto, é ser integrado ao processo de industrialização e modernização (MINOGUE, 1969); ora como uma crença ou um movimento, essencialmente baseado nas virtudes de um povo simples e em suas tradições (WILES, 1969); e ora como um produto de certas condições sociais, ou seja, um fenômeno político que aparece como uma reação a problemas sociais provocados por crises relacionadas ao desenvolvimento econômico e/ou por crises relacionadas à legitimidade e autoridade políticas (STEWART, 1969).

Coube a Peter Worsley (1969), no capítulo final intitulado *The concept of populism*, a desafiadora tarefa de oferecer uma visão geral dos fenômenos políticos comumente rotulados como “populismo”, para tentar extrair, a partir daí, uma definição mínima que contemple todos os casos. Worsley (1969) tem plena consciência de todas as dificuldades envolvidas nessa empreitada, a começar pelo pressuposto que a justifica: a assunção de que movimentos com características distintas, separados temporal, espacial e culturalmente, compartilham certos atributos cruciais que permitem enquadrá-los, consciente e analiticamente, sob um mesmo rótulo. Após analisar os aspectos ideológicos, conjunturais e estruturais dos diversos casos, Worsley (1969) admite que uma tal relação entre os fenômenos só pode ser feita em um nível de abstração muito alto e identifica duas características fundamentais, que ele próprio reconhece como compatível com a primeira definição proposta por E. Shils na década de 1950: (a) a crença na superioridade da virtude e da vontade popular em detrimento das instituições tradicionais e de outras camadas sociais e (b) o desejo de estabelecer uma relação direta entre o povo e sua liderança ou de promover a participação popular em geral (ainda que essa participação não seja efetiva, mas meramente simbólica ou ilusória). Desse modo, o populismo está relacionado a uma certa ênfase dada por esses movimentos à participação popular em geral e à supremacia da vontade popular (WORSLEY, 1969). Ao fim e ao cabo, todo o esforço em avançar no debate, no entanto, desembocou no retorno às suas origens no âmbito das ciências sociais norte-americanas¹².

¹² Durante a conferência na *London School of Economics*, a tarefa de sintetizar as discussões em um quadro geral coerente coube, segundo Taggart (2000), ao filósofo Isaiah Berlin. Na ocasião, I. Berlin identificou seis aspectos do populismo em relação aos quais parecia haver algum consenso: “*The first feature is commitment to Gemeinschaft (approximately community), which gives rise to the idea of an integrated and coherent society. The second feature is that populism is apolitical in the sense that it is not interested in political institutions because it believes in society before it believes in the state. Populism is concerned with returning people to their natural and spontaneous condition to which they belonged before having been subject to some sort of spiritual collapse. The fourth element is that populism is past-directed, in the sense that it seeks to bring back ancient values in to the contemporary world. Berlin ‘tentatively’ adds to this list that populism, although referring to different versions of the people, always seeks to speak in the name of the*

Também no contexto latino-americano da década de 1970, as discussões sobre o tema não avançaram para muito além das concepções locais iniciais, mantendo-se a proeminência das explicações calcadas numa abordagem histórico-sociológica do fenômeno, que basicamente o compreende como resultado de um determinado contexto socioeconômico, relativo às consequências dos processos internos de modernização característico à maioria dos países periféricos, à época (PAPPAS, 2019). Nesta perspectiva, o populismo continua a ser entendido, de modo geral, como movimentos políticos oriundos de uma coalisão nacionalista necessária entre os setores dominantes da sociedade (classe média, burguesia, setores exportadores e alguns latifundiários) e as massas populares urbanas (incorporadas ao sistema de produção e, em alguma medida, ao sistema político) em torno de um projeto de industrialização, de formação do mercado de consumo interno e de desenvolvimento econômico para o país, como medida de substituição a uma política de importação defasada (O'DONNELL, 1973; CARDOSO; FALETTO, 1979). Fernando Henrique Cardoso chega a usar a expressão “populismo desenvolvimentista” para se referir a uma ideologia que reflete “um esforço de estabelecer um consenso razoável [entre os diferentes interesses] e de legitimar o novo sistema de poder baseado em um programa de industrialização que oferece benefícios a todos” (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 130). Naturalmente, o problema com as concepções desta natureza é a restrição do seu uso para explicar e se referir a fenômenos bem específicos e limitados espaço-temporalmente.

É diante desse contexto, contudo, que Ernesto Laclau (1977), no livro *Politics and Ideology in Marxist Theory*, propôs uma concepção para o populismo que viria a influenciar muitos dos estudos futuros sobre o tema. O argumento de Laclau (1977) sustenta-se, basicamente, em duas teses. A primeira delas consiste em reconhecer que nem todas as contradições sociais que desencadeiam lutas sociais podem ser reduzidas a contradições de classe. A rigor, as classes representam os polos de um sistema antagônico de relações de produção, de cujas contradições resulta a luta de classes. Há, no entanto, um outro tipo de antagonismo, anterior ao modo de produção capitalista e de caráter político, que se refere às relações de dominação, em cujos polos estão “o povo” e “o bloco dominante” e cujas contradições desencadeiam outro tipo de conflito, que Laclau (1977) denominou como luta popular-democrática. E não sendo este, portanto, um antagonismo de classe, a ideologia que o

majority. Finally, he suggests that populism emerges in societies undergoing or about to undergo modernization” (TAGGART, 2000, p. 16–17).

expressa também não pode ser a de classe¹³. Assim, uma das consequências dessa tese é o reconhecimento da existência, na sociedade, de elementos ideológicos ou de interpelações outras que não de classe – neste caso, interpelações populares-democráticas.

No entanto, mesmo que nem todas as contradições possam ser reduzidas a contradições de classe, a luta de classes ainda tem um peso determinante nas sociedades – eis a segunda tese de Laclau (1977). Há sempre uma prioridade da luta de classes em relação aos demais esforços, o que significa dizer que “as ideologias populares-democráticas nunca se apresentam de forma separada dos discursos ideológico das classes, mas em articulação com ele” (LACLAU, 1977, p. 108). A bem da verdade, sugere Laclau (1977), no nível ideológico, a luta de classes consiste, em grande medida, no esforço de articular os discursos ideológicos das classes com as interpelações populares-democráticas, no sentido de que cada classe, na luta pela hegemonia, esforça-se para “dar coerência ao seu discurso ideológico apresentando seus objetivos de classe como a consumação dos objetivos populares” (p. 109). Para Laclau (1977), portanto, no nível ideológico, o que caracterizaria o discurso de uma classe não seria um *conteúdo* específico que pudesse ser reduzido àquela classe, mas um *princípio de articulação* específico, tendo em vista que todo discurso ideológico de classe consiste sempre na articulação de conteúdos de classe com interpelações e contradições outras, que não de classe. Aliás, o discurso ideológico hegemônico da classe dominante não apenas é constituído dessa maneira, como também absorve parte dos elementos dos discursos ideológicos das classes dominadas.

Pois bem, para Laclau (1977), as manifestações do populismo estão relacionadas a um contexto de crise do discurso ideológico dominante. Nestas circunstâncias, cada um dos grupos em disputa pela hegemonia tentará oferecer um novo domínio ideológico, usando uma “narrativa” que critica o sistema existente e, ao mesmo tempo, busca desarticular os discursos ideológicos das forças concorrentes. O populismo aparece no momento em que os elementos populares-democráticos são articulados e apresentados como uma força antagônica contra a ideologia dominante, isto é, quando, na luta pela hegemonia, as classes adequam seu discurso

¹³ Laclau (1977) entende ideologia nos termos das reflexões de Althusser (1971), para quem a ideologia tinha a função básica de “constituir” indivíduos como sujeitos, ao reconhece-los como tal, isto é, ao conferir-lhes/reconhecer-lhes uma identidade. Nas palavras de Althusser (1971, p. 174): “[...] ideology 'acts' or 'functions' in such a way that it [...] 'transforms' the individuals into subjects (it transforms them all) by that very precise operation which I have called *interpellation* or *hailing*, and which can be imagined along the lines of the most commonplace everyday police (or other) *hailing*: 'Hey, you there!' Assuming that the theoretical scene I have imagined takes place in the street, the hailed individual will turn round. By this mere one-hundred-and-eighty-degree physical conversion, he becomes a subject. Why? Because he has recognized that the hail was 'really' addressed to him, and that 'it was really him who was hailed' (and not someone else)”. O mecanismo que opera essa “transformação” de indivíduos em sujeitos, portanto, é a interpelação específica (o “sujeito” abordado), que por sua vez confere unidade aos aspectos distintos de um sistema ideológico (LACLAU, 1977). No caso das interpelações populares-democráticas, o “sujeito” interpelado é o “povo”, e não uma classe.

ideológico específico a uma forma de discurso de apelo mais amplo, que utiliza-se de interpelações populares e democráticas como um modo de se contrapor ao discurso da classe dominante (LACLAU, 1977). O populismo, portanto, não é por si só uma ideologia, mas um elemento específico que pode ser incorporado a qualquer ideologia, isto é, uma forma de camuflar os interesses de classe em interpelações populares-democráticas que se apresentam como antagônicas ao poder dominante¹⁴. Neste sentido, uma ideologia populista é um complexo discursivo que consiste na articulação do elemento antagônico do populismo com os diversos elementos dos discursos ideológicos de classe (LACLAU, 1977). Para Laclau (1977), somente compreendendo o populismo dessa maneira, é possível se chegar a um conceito capaz de abarcar as diferentes manifestações do fenômeno.

Menos otimista com a possibilidade de encontrar um aspecto comum aos diversos fenômenos caracterizados como “populistas” que aponte para um núcleo central do conceito, Margaret Canovan (1981) propõe uma estratégia diferente para caracterizar o populismo. Em lugar de uma definição única para o conceito, Canovan (1981) prefere apresentar uma taxonomia do populismo, um conjunto de categorias descritivas que guardam certas semelhanças familiares entre elas. Em um primeiro nível, Canovan (1981) distingue duas grandes categorias de populismo, uma com foco na dimensão socioeconômica rural, que chama de populismo agrário, e outra com foco em características políticas e culturais, o populismo político. Os únicos aspectos em comum entre essas duas categorias principais (o que, naturalmente, inclui suas subcategorias), segundo Canovan, são o apelo ao povo e a retórica antielitista. Esses dois elementos, contudo, ainda seriam insuficientes, na visão da autora, para compor o núcleo central de uma definição para o conceito.

Das categorias primárias, Canovan (1981) deriva algumas categorias secundárias em um esforço para distinguir e organizar a variedade de fenômenos empíricos contidas em cada uma delas. Do populismo agrário, brotam três subcategorias: uma para comportar um tipo específico de movimento agrário estruturado em torno de uma base socioeconômica e um programa político-econômico específicos, que denomina como “radicalismo de agricultores” e cujo exemplo principal é o movimento agrário norte-americano que culminou na criação do “Partido do Povo”, no final do século XIX; outra para dar conta de um tipo de movimento

¹⁴ Não obstante as diferentes abordagens, é possível identificar uma semelhança entre as análises de Worsley (1969) e Laclau (1977) sobre o conceito. Ambos reconhecem o populismo como um elemento de dimensão ideológica, porém não propriamente como uma ideologia. Enquanto Laclau (1977) identifica-o como uma forma peculiar de articulação das interpelações, Worsley (1969) prefere considerá-lo como “uma ênfase, uma dimensão da cultura política em geral, e não simplesmente como um tipo específico de ideologia” (p. 245).

político de caráter revolucionário conduzido por intelectuais que partilham uma visão idealizada da vida e das pessoas do campo, que chama de “socialismo agrário intelectual” e cujo exemplo principal é o movimento *narodniki* russo; e uma terceira subcategoria, chamada de “movimentos camponeses”, para abarcar outros movimentos orgânicos de base camponesa que não se encaixam nas duas categorias anteriores, tais como o movimento Zapatista, no México, e a União Agrária, na Bulgária.

Do populismo político, por sua vez, derivam-se quatro subcategorias. A primeira subcategoria, denominada “ditadura populista”, refere-se a movimentos fundados na figura de um líder carismático que constrói uma ditadura apelando para “o povo”, como foi o caso, por exemplo, do Bonapartismo e do Peronismo. A segunda, chamada de “democracia populista”, refere-se às experiências do populismo como uma ideologia política, que busca dar substância ao ideal democrático de “governo do povo” por meio da adoção de alguma prática de democracia direta. A terceira, o “populismo reacionário”, abarca as iniciativas fundadas na mobilização do conservadorismo popular em oposição às visões progressistas e esclarecidas da elite mais educada e liberal. A última subcategoria, o “populismo dos políticos”, engloba as experiências baseadas em um estilo de mobilização política que apela para “o povo” com o intuito de recrutar o maior número possível de eleitores e de evitar questões divisoras de ideologia e classe. Apesar de todo o esforço empreendido, contudo, a própria Canovan (1981) foi a primeira a reconhecer que um mesmo caso empírico poderia facilmente ser encaixado em mais de uma categoria, indicando assim uma carência do rigor lógico necessário em sua formulação para garantir um robusto esquema classificatório, fazendo com que, consequentemente, a abordagem perca muito da sua força explicativa e de sua capacidade analítica (MOFFITT, 2016).

Ainda na década de 1970, segundo Barros e Lagos (2022), o populismo também adquiriu uma abordagem que o compreendia sob um ponto de vista estritamente econômico, e que seria reforçada mais tarde com a publicação de obras tais como *Social conflict and populist politics in Latin America*, de Jeffrey Y. Sachs, no final dos anos 80. De acordo com esta perspectiva, o populismo econômico refere-se à adoção de medidas relacionadas ao aumento de gastos que gerariam queda da produtividade e inflação ou ainda à defesa ou a adoção de políticas econômicas de caráter expansionista ou redistributivo para agradar a uma massa de consumidores, sem levar em consideração, no entanto, as devidas cautelas fiscais (WEYLAND, 1996; BARROS; LAGO, 2022). Esta é uma concepção, portanto, que desconsidera qualquer dimensão sociológica ou política para focar apenas no aspecto econômico (ROBERTS, 1995).

Seu foco restrito, contudo, traz alguma dificuldade para a classificação geral dos casos empíricos. Kenneth Roberts (1995) comenta, por exemplo, que sob essa perspectiva, no contexto das eleições presidenciais brasileiras de 1989, alguém poderia facilmente considerar Lula como um candidato populista e Fernando Collor como um candidato não populista; enquanto que, a partir de uma perspectiva sociopolítica, teria sido justamente o contrário.

E foi o que ocorreu. Na década de 1990, os estudiosos do populismo foram surpreendidos por uma nova onda populista que avançou pela América Latina. O chamado “neopopulismo” latino americano – representado por figuras políticas como Fernando Collor, no Brasil, Alberto Fujimori, no Peru, e Carlos Menem, na Argentina – caracterizava-se pela ascensão de líderes políticos que, embora notadamente comprometidos com a implementação de políticas econômicas neoliberais, continuamente empregavam estratégias populistas para adquirir um amplo apoio da base social. Este fenômeno, no entanto, colocou em questão as definições vigentes, à época, às quais consideravam o populismo como algo completamente incompatível com o neoliberalismo. De um lado, a chamada teoria da dependência associava o populismo aos processos de industrialização por substituição de importações, que de algum modo incorporava moderadamente políticas de redistribuição, e, de outro lado, os economistas liberais definiam o populismo como um fenômeno caracterizado pela adoção de políticas econômicas custosas e populares sem o devido compromisso com a responsabilidade fiscal (WEYLAND, 1996). Para estas duas perspectivas, portanto, o populismo seria algo oposto ao neoliberalismo, cuja orientação econômica busca limitar a distribuição de benefícios e adotar fortes medidas de austeridade. Esse aparente paradoxo entre os fenômenos empíricos e as definições correntes para o conceito desencadeou uma nova corrida em busca de outras definições para o populismo (ROBERTS, 1995; TAGUIEFF, 1995; WEYLAND, 1996; CANOVAN, 1999).

Essa busca também foi intensificada pelo surgimento de uma segunda onda na América Latina, anos mais tarde, de líderes populistas, desta vez de esquerda, representada por personalidades como Rafael Correa, no Equador, Evo Morales, na Bolívia, e Hugo Chávez, na Venezuela (ELLNER, 2003). Na Europa, nas últimas duas décadas, as pesquisas sobre o tema também foram confrontadas com a ascensão de líderes e de partidos políticos populistas de extrema direita e sua respectiva incorporação ao sistema político parlamentarista, em muitos países (RYDGREN, 2005). Além disso, foram confrontadas ainda com o surgimento de movimentos e de partidos políticos de esquerda, como por exemplo o Syriza, na Grécia, e o Podemos, na Espanha, geralmente caracterizados por adotar uma postura populista mais

próxima do populismo de esquerda latino americano (RAMIRO; GOMEZ, 2017; ROVIRA KALTWASSER et al., 2017).

A trajetória delineada até aqui, ainda que não seja exaustiva, permite-nos ao menos perceber as dificuldades e as disputas que acompanharam o conceito de populismo, desde as suas origens. Em suma e em linhas gerais, entre as décadas de 1950 e 1990, o termo populismo foi utilizado na literatura especializada para se referir a: (a) uma ideologia, ainda que o núcleo central dessa ideologia tenha sido também objeto de disputa; (b) um modo de organização que caracteriza certos movimentos políticos; (c) um movimento político, produto de certas condições sociais, políticas, econômicas ou históricas; (d) uma forma de discurso, que pode ser apropriado por qualquer grupo e adaptado a qualquer ideologia; (e) uma forma de governo que se contrapõe à democracia liberal e (f) um tipo de política econômica. Em alguma medida, essa profusão de sentidos resulta do fato do conceito ter sido rediscutido sempre que novos fenômenos empíricos rotulados como "populistas" adquiriam alguma relevância no cenário político-social (MOFFITT, 2016). Isto, no entanto, poderia ser um indicativo de que o conceito do populismo deveria ser pensado a despeito das condições socioeconômicas nas quais esses fenômenos surgem. De qualquer modo, os esforços para aclarar o conceito não pararam por aqui.

3 AS ABORDAGENS MAIS RECENTES PARA O CONCEITO DE POPULISMO

Todos esses casos empíricos, diferentes em muitos aspectos, porém caracterizados como fenômenos populistas, estimularam, nos últimos anos, uma rápida proliferação de definições para o conceito de populismo que tentam dar conta de realidade tão complexa, e que agora estão em disputa no mercado de ideias. Em um esforço recente para apresentar o debate contemporâneo sobre o populismo, Rovira Kaltwasser *et al* (2017) propuseram organizar as principais definições para o conceito em três tipos de abordagens: a ideacional, a estratégica e a sociocultural.

A abordagem ideacional, de longe a mais empregada pelos estudos atuais, reúne todas as concepções que compartilham uma definição mínima do populismo como um fenômeno relacionado à sustentação de um conjunto particular de ideias, as quais representam a política de forma maniqueísta, estabelecendo uma contraposição entre o “o povo virtuoso” e a “elite corrupta” (HAWKINS; ROVIRA KALTWASSER, 2019). No interior dessa abordagem, contudo, encontram-se autores que definem, por exemplo, o populismo como um tipo de ideologia (MUDDE, 2004), como uma espécie de estilo político (MOFFITT, 2016), como uma lógica política particular (LACLAU, 2005a) ou como um tipo de discurso (ASLANIDIS, 2016).

A abordagem estratégica, por sua vez, reúne aquelas definições que consideram o populismo como um modo específico de organização e de ação políticas empregado para obter o poder (WEYLAND, 2017). Já a abordagem sociocultural considera o populismo como um tipo específico de relação estabelecida entre o líder político e sua base social (OSTIGUY, 2017). No que se segue, apresentaremos os aspectos gerais relacionados a essas principais abordagens contemporâneas, buscando destacar as suas vantagens e desvantagens, antes de tratar mais especificamente da abordagem que será adotada por esse estudo.

3.1 Populismo como uma ideologia

Entre os estudos recentes, uma das definições mais comumente adotadas para o conceito tem sido aquela proposta por Cas Mudde (2004), segundo a qual o populismo seria uma espécie de *ideologia fraca* que “considera, em última instância, a sociedade dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que argumenta que a

política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (p. 543). O populismo, portanto, pode ser entendido como uma espécie de mapa mental por meio do qual os indivíduos compreendem a realidade política de forma maniqueísta, baseada numa oposição de caráter essencialmente moral entre o povo “puro”, “autêntico” e “virtuoso”, de um lado, e a elite “corrupta”, de outro lado (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Neste sentido, o populismo se opõe a duas outras perspectivas, a saber, o elitismo, que, embora compartilhe da visão maniqueísta da sociedade, considera o povo como perigoso e a elite como mais capaz moral e intelectualmente para governar, e o pluralismo, que, diferentemente dessa visão dualista, acredita que a sociedade é composta por uma variedade de grupos sociais com diferentes interesses em disputa (MUDDE, 2017).

Essa definição mínima de populismo como uma ideologia fraca foi bem recebida por muitos especialistas sobretudo por conta das vantagens que apresenta em relação à sua aplicabilidade na pesquisa empírica comparada (FIESCHI, 2004; MARCH, 2007; STANLEY, 2008). Na opinião de Mudde (2017), a definição proposta funciona bem no sentido de estabelecer uma fronteira clara para distinguir entre aquilo que pode e o que não pode ser identificado como populista, além de possibilitar o reconhecimento e a classificação de tipos distintos de populismo. Ademais, a definição permite transcender as especificidades regionais, abrindo o caminho para a realização de amplos estudos comparativos, podendo ser utilizada tanto para compreender o comportamento de atores políticos como o de seus apoiadores.

A definição proposta por Mudde (2004) considera o populismo como uma ideologia “fraca” ou “pobre” (a expressão original é *thin-centred ideology*) nos termos em que Michael Freedden (1998) define essa expressão. De modo geral, Freedden (1998) entende a ideologia como um sistema de crenças, ideias, valores e atitudes políticas que se relacionam com a maneira como as pessoas compreendem e configuram seus mundos políticos, que explicam, apoiam ou contestam arranjos sociopolíticos e que fornecem planos de ação para instituições políticas. Morfologicamente, no entanto, as ideologias possuem certo arranjo conceitual radial, formado por conceitos que lhes são centrais e outros que orbitam as camadas periféricas, e onde cada conceito constituinte possui uma interpretação específica selecionada entre uma variedade de significados possíveis (FREEDEN, 1998). Nesta perspectiva, as ideologias completas ou robustas (*full ideologies*), tais como o socialismo e o liberalismo, possuem um amplo conjunto de conceitos centrais e periféricos que podem ser acionados para fornecer uma visão abrangente da realidade e um conjunto razoavelmente suficiente de respostas às diversas questões políticas produzidas na sociedade. As ideologias fracas (*thin-centred ideology*), por sua vez, contam com

uma estrutura conceitual mais simples, composta por um número bem restrito de conceitos centrais e periféricos, e desse modo possuem ambições e escopo bem mais limitado do que as ideologias completas (FREEDEN, 1998). Contudo, em geral, as ideologias fracas podem suprir esta sua carência e serem enriquecidas mediante a sua combinação com outras ideologias mais completas, o que, na visão de Mudde e Kaltwasser (2017), explicaria a existência de diferentes expressões do populismo, como, por exemplo, o populismo de direita e o de esquerda.

A concepção do populismo como uma ideologia tem sido, no entanto, alvo de críticas. O ponto crucial aqui é que a adesão a uma ideologia, compreendida nesses termos, envolve um compromisso substancial com o seu sistema de crenças e valores, e não um mero compromisso circunstancial ou por conveniência. Assim, como explicar, por exemplo, o fato de alguns atores políticos do *mainstream*, diante do relativo sucesso eleitoral dos atores populistas de extrema direita na Europa, passarem a adotar uma estratégia discursiva populista (MUDDE, 2004; SCHWÖRER, 2021), sem acrescentar, contudo, um teor populista ao conteúdo programático de suas plataformas políticas (ROODUIJN; DE LANGE; VAN DER BRUG, 2014)? Como explicar também a constatação de que atores políticos tendem a fazer mais uso de discursos populistas em períodos pré-eleitorais do que no período posterior às eleições (SCHMUCK; HAMELEERS, 2020)? Ou ainda como compreender a tendência de candidatos em situação de desvantagem eleitoral apostarem no uso da retórica populista para ter alguma chance de sucesso (DAI; KUSTOV, 2022)? Segundo Finchelstein (2019), na Turquia e na Tailândia, as lideranças políticas só adotaram o estilo e a retórica populistas algum tempo depois de assumirem o governo, sendo “claramente uma escolha política de líderes que não tinham sido populistas antes” (p. 188). Além disso, conforme contam Thomás Z. de Barros e Miguel Lago (2022), no Brasil da década de 1950, tendo em vista o sucesso político e a positiva aceitação social do populismo, até o partido político mais hostil ao fenômeno na época, o UDN, chegou à conclusão de que, “em vez de se opor aos populistas ou tentar derrubá-los, era melhor se apropriar das armas do inimigo” (p. 52). Situações como estas parecem apontar mais para uma mudança estratégica das atitudes desses atores políticos em direção ao populismo, realizada com a finalidade de obter alguma vantagem no jogo político, do que para uma mudança ideológica substantiva em seu sistema de crenças e valores.

A solução proposta por Mudde e Kaltwasser (2017) de considerar o populismo como uma espécie de “ideologia fraca” também não resolve convincente e satisfatoriamente essa questão, nem mesmo na visão do próprio Freedden (2017). Isso porque uma ideologia “fraca” é considerada como tal apenas no que se refere à abrangência do seu escopo, isto é, quando o

aparato conceitual que mobiliza é insuficiente para conter as soluções para todo o espectro de problemas sócio-políticos, focando-se, em geral, em um único problema. Mas isso não quer dizer, por outro lado, que embora limitado, seu sistema conceitual não seja bem articulado, substancial (isto é, com conceitos centrais e periféricos) e produto de longos processos de reflexão e ponderação do pensamento político (FREEDEN, 2017). No entanto, Mudde e Kaltwasser (2017) concebem a ideologia populista como constituída apenas de uma estrutura nuclear, definida de tal modo, esvaziando-a ao máximo de conteúdo para conter a diversidade de fenômenos empíricos, que acaba por confundir bastante a sua concepção de ideologia com a de um *esquema* retórico/discursivo, que é como os pesquisadores que seguem essa abordagem operacionalizam, de fato, o conceito. É verdade que ideologia e discurso são conceitos que têm uma relação bem intrincada entre si (PURVIS; HUNT, 1993), mas a questão aqui é que estamos diante de uma concepção de ideologia com uma estrutura conceitual muito raquítica até para se enquadrar na noção de “ideologia fraca”, diria Freedden (2017).

Não fica de todo claro, portanto, em que medida o populismo poderia ser considerado uma ideologia fraca, tal como por exemplo o feminismo ou o ecologismo, que são as referências originais de Freedden quando cunhou a expressão. Como observa Moffitt (2016), embora estas últimas sejam ideologias fracas e possuam um núcleo conceitual restrito, elas têm feito um grande esforço para acumular, cada vez mais, um conjunto maior de conceitos à sua estrutura com o intuito de aumentar sua densidade e sofisticação ideacional e de estender o seu apelo e a sua viabilidade. Por outro lado, não se pode dizer que o populismo tenha feito esforço semelhante no sentido de complementar sua própria estrutura conceitual. Além disso, considerar o populismo como uma ideologia oposta ao elitismo e a favor da vontade geral e do povo, aparentemente, deveria exigir do ator político que compartilha dessa crença um compromisso maior com os ideais da democracia direta, porém nem sempre esse compromisso é assumido ou praticado por líderes populistas que acabam assumindo o poder.

A rigor, o próprio conceito de ideologia é objeto de disputa no interior da teoria política e, portanto, uma tentativa de aclarar um conceito obscuro recorrendo-se a outro que também é confuso não parece ser o caminho mais promissor. Também o próprio recurso à noção de ideologia “fraca” é tomado sem nenhuma problematização e, aparentemente, contribui mais para a vagueza do conceito de populismo do que para seu esclarecimento. Ademais, conceber o populismo como uma ideologia parece implicar na adoção de uma abordagem essencialista, isto é, que, na esfera política, há atores que *são* populistas, para os quais o populismo representa um conceito ideológico central em seu sistema de crenças e de sua identidade, enquanto há

outros atores que *não são* populistas. Nessa abordagem, não há como se fazer uma diferenciação por gradação entre os atores políticos, apenas uma distinção por *tipo* de populismo (ASLANIDIS, 2016).

A fim de evitar as dificuldades trazidas pela noção de ideologia, alguns teóricos têm preferido recorrer à noção de mentalidade (TARCHI, 2016). As mentalidades envolvem um conjunto de recursos intelectuais (hábitos, crenças, disposições) que se constituem como modos de pensar e de sentir de um grupo, fornecendo-lhe, assim, maneiras de reagir a diferentes situações (TARCHI, 2016; FREEDEN, 2017). As vantagens dessa noção em relação à de ideologia, alegam seus defensores, é que a mentalidade não está relacionada a conteúdos intelectuais socialmente sistematizados e racionalmente interpretados, e sim a disposições intelectuais de cunho mais emocional e a conteúdos mais imprecisos e volúveis, características mais compatíveis com o que se diz a respeito do populismo (TARCHI, 2016). Nesta perspectiva, o que o populista tenta emplacar discursivamente é um certo tipo de mentalidade, não uma ideologia. Entretanto, os críticos a essa compreensão enxergam na noção de mentalidade as mesmas dificuldades relacionadas à noção de ideologia (FREEDEN, 2017). E, a rigor, nenhuma das duas parece responder satisfatoriamente ao problema da adoção, por conveniência, do discurso populista.

3.2 Populismo como um discurso

Outra abordagem, que adquiriu a simpatia de um número expressivo de estudiosos do tema nas últimas décadas, procura compreender o populismo como um fenômeno fundamentalmente de comunicação política. Em lugar de considerá-lo como um tipo de ideologia ou de mentalidade, alguns pesquisadores preferem compreender o populismo como uma espécie de *frame* discursivo (*discursive frame*), isto é, um tipo de esquema interpretativo que possibilitaria as pessoas a formarem uma compreensão a respeito de eventos complexos da vida cotidiana (CAIANI; DELLA PORTA, 2011; ASLANIDIS, 2016). Os *frames* envolvem uma estrutura de conteúdo cognitivo bem menos elaborada e abrangente que uma ideologia, sendo geralmente mais flexíveis, adaptáveis ao contexto e mais facilmente e rapidamente comunicáveis ao público, conforme argumenta Aslanidis (2016). Basicamente, os *frames* são estruturados de modo a identificar algum aspecto da vida social como problemático, a sugerir uma solução para resolver o problema diagnosticado e a incutir um senso de urgência na adoção

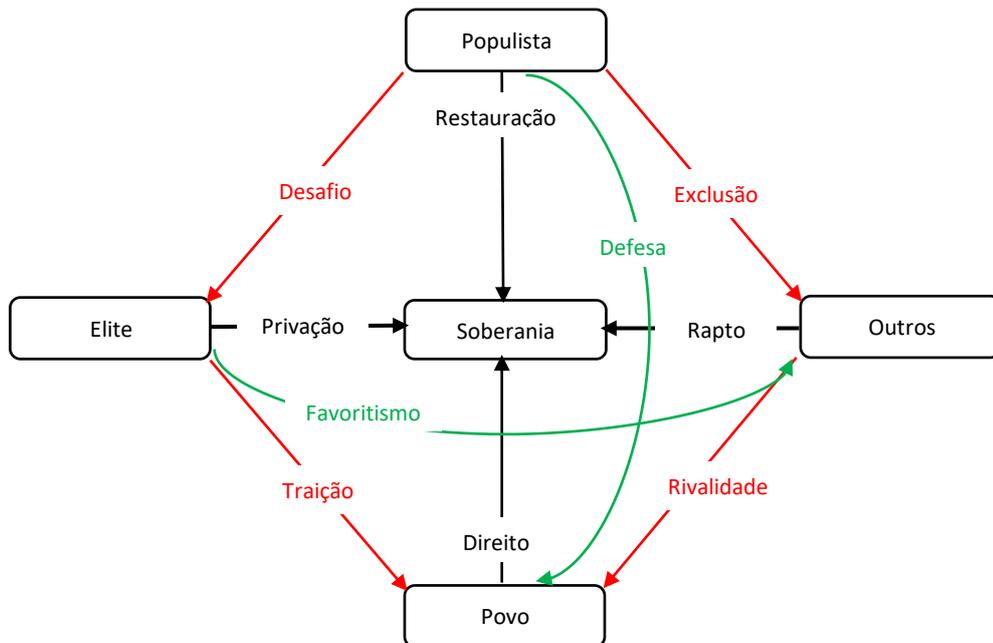
de uma ação corretiva. Nesse sentido, o *populist frame* seria uma espécie de enquadramento discursivo, que apresenta como problema a usurpação da autoridade soberana do “povo” por “elites corruptas” e cuja solução implicaria a retomada do poder pelo povo (LEE, 2006; CAIANI; DELLA PORTA, 2011; ASLANIDIS, 2016; SCHMUCK; HAMELEERS, 2020). Além disso, na esteira das contribuições de Benford (1997), Aslanidis (2016) considera o enquadramento como uma atividade deliberada, de caráter estratégico, empregada para persuadir o público a respeito de uma representação específica da realidade.

A perspectiva do *frame* discursivo, no entanto, não é a única maneira de conceber o populismo como um discurso. Para Brubaker (2019) o populismo estaria mais relacionado a um repertório discursivo e estilístico, cujo elemento central é a reivindicação de falar e de agir como único representante legítimo do “povo”. Outros autores preferem considerar o populismo como um conjunto de apelos retóricos à noção de “povo”, entendido como fonte última de legitimidade política (DE LA TORRE, 2000; CANOVAN, 2005; DEEGAN-KRAUSE; HAUGHTON, 2009; NORRIS; INGLEHART, 2019). Outros pesquisadores compreendem o populismo como um tipo de discurso maniqueísta, que contrapõe a vontade de um “povo” virtuoso e bom aos desmandos de uma elite corrupta e má (HAWKINS, 2010; BONIKOWSKI; GIDRON, 2016; CASULLO, 2019), ou como um estilo retórico, no qual o falante concebe as pessoas comuns como um povo unificado e procura mobilizá-lo contra as elites (BIMES; MULROY, 2004; KAZIN, 2017), ou ainda como um estilo de comunicação política, em que o ator político apela e se identifica com o “povo” e finge falar em seu nome (JAGERS; WALGRAVE, 2007).

Ainda que as definições sejam variadas, esse tipo de abordagem focada na comunicação, em síntese, compreende o populismo como um estilo discursivo, caracterizado por determinados aspectos que dizem respeito tanto a elementos estruturais do discurso quanto a seus elementos estilísticos (emocionalidade, negatividade, retórica do conflito, linguagem coloquial, personalismo etc.). No que diz respeito aos aspectos estruturais, em geral, têm-se enfatizado três elementos do discurso populista: (1) sempre se refere ao povo e justifica suas ações apelando para e se identificando com o “povo”; (2) apresenta posições antielitistas; e (3) considera o povo como um grupo monolítico sem diferenças internas, exceto em relação a alguns grupos minoritários específicos que estão sujeitos à exclusão (JAGERS; WALGRAVE, 2007; STANYER; SALGADO; STRÖMBÄCK, 2017). Combinados, esses três elementos estruturam o estilo de comunicação populista que norteia grande parte das análises empíricas

sobre o assunto. A figura abaixo mostra a relação entre os elementos estruturais de um discurso populista.

Figura 1 – Modelo heurístico para o populismo. Fonte: Engesser, Fawzi e Larsson (2017).



O primeiro elemento dessa estrutura, que atua como condição *sine qua non* para o conceito, é a referência ao povo como o verdadeiro detentor da soberania e cujos interesses precisam, de algum modo, ser protegidos – aspecto que tem sido denominado como *people-centrism* (centralidade do povo). Frequentemente, a narrativa associada ao *people-centrism* refere-se à ideia de que o “povo” tem sido impedido de exercer plenamente o seu poder político por conta de grupos sociais que usurparam essa soberania em benefício de seus próprios interesses. Essa distinção e distanciamento entre o “povo” e os demais grupos sociais pode ser feita, no discurso populista, tanto de modo vertical quanto horizontal.

O segundo elemento, o antielitismo, diz respeito a essa diferenciação vertical entre o “povo” e as elites. No discurso populista, as elites são retratadas como grupos sociais que estão acima dos cidadãos comuns, alheios à realidade e a vontade do povo; geralmente, são acusadas de serem corruptas, incompetentes e movidas pelos próprios interesses que são, via de regra, contrários ao da população; e, portanto, são culpadas por todos os problemas e falhas que afligem a política e a sociedade (BLASSNIG et al., 2018). Naturalmente, não se trata aqui apenas da elite política, mas também das elites econômica, intelectual, cultural e midiática. O

líder populista, então, coloca-se como um adversário da elite (ou das elites) e ao lado dos interesses do "povo".

A contraposição ao “povo” pode ser feita também na dimensão horizontal, ao se identificar certos grupos de indivíduos infiltrados na sociedade que precisam ser rapidamente combatidos e excluídos, pois, ilegitimamente, ameaçam os interesses, os valores e os direitos do "povo" verdadeiro. Diferentemente das elites, esses grupos não são colocados acima dos cidadãos, mas tratados como parte integrante da sociedade, por isso a distinção é entre “nós” e os “outros”. Do mesmo modo que o antielitismo, a retórica da exclusão pode assumir várias formas a depender do critério adotado para se fazer a contraposição em relação ao povo: pode envolver questões de etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, etc. Em alguns casos, pode-se alegar a existência de certo favoritismo e protecionismo por parte das elites a algum desses grupos socialmente indesejáveis, o que agravaria ainda mais os males que afligem o “povo” (ENGESSER; FAWZI; LARSSON, 2017).

Os adeptos da perspectiva discursiva costumam apresentar algumas de suas vantagens para o estudo do populismo. Primeiro, a abordagem busca identificar, no discurso, um conjunto limitado de elementos padronizados, deixando espaço para ser preenchido com conteúdos específicos e adaptados às circunstâncias locais ou a projetos políticos distintos, o que permite dar conta da multiplicidade e diversidade de fenômenos relacionados ao tema (BRUBAKER, 2019). Segundo, assim como a abordagem ideológica, a abordagem discursiva do populismo tem buscado e apresentado formas consistentes de operacionalização do conceito de modo a viabilizar a sua aplicabilidade na pesquisa empírica comparada. Terceiro, diferentemente da abordagem ideológica, a abordagem discursiva não está comprometida com uma concepção essencialista do populismo, uma vez que parte da premissa de que o estilo discursivo populista pode ser empregado por qualquer ator político a qualquer momento. Por fim, a abordagem permite compreender o fenômeno tanto do ponto de vista da gradação, no sentido de que pode ser empregado em maior ou menor grau por atores políticos, quanto de um ponto de vista qualitativo, pois, a depender da combinação dos elementos acionados no discurso, pode-se identificar o tipo de populismo em jogo (ASLANIDIS, 2016).

3.3 Populismo como uma estratégia política

Alguns estudiosos têm buscado definir o populismo em termos das estratégias empregadas e das relações estabelecidas por atores populistas como meios para obter ou para manter o poder político (WARE, 2002; ELLNER, 2003; ROBERTS, 2003, 2006; BARR, 2017, 2019). Neste caso, o foco deixa de ser o conjunto de crenças ou os discursos sustentados, que ficam em segundo plano, e passa a ser a ação e a organização políticas (WEYLAND, 2017). É neste sentido, por exemplo, que Robert Barr (2009) sugere definir o populismo como um movimento de massa liderado por um ator político *outsider* ou independente que busca ganhar ou manter o poder recorrendo a discursos *anti-establishment* e a conexões plebiscitárias, ou que Kenneth Roberts (2007) propõe considerar o populismo como uma mobilização política de massa organizada de cima para baixo por líderes personalistas que desafiam grupos da elite em nome do “povo”. Na origem dessa abordagem, no entanto, encontra-se a definição mínima proposta por Kurt Weyland (2001), segundo a qual o populismo seria “uma estratégia política por meio da qual um líder personalista busca ou exerce o poder governamental com base no apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores, em sua maioria, desorganizados” (p. 14). Fundamental para esta definição, portanto, é a noção de estratégia política que, segundo Weyland (2017), se refere aos principais meios empregados por um ator político para alcançar o poder e, geralmente, envolve dois componentes centrais: (1) o tipo de ator envolvido (e a relação que estabelece com seus apoiadores) e (2) a principal capacidade de poder empregada como base de apoio. Considerando esses dois componentes, seria possível então delinear diferentes estratégias políticas de governo.

Tabela 1 - Populismo em contraste com outras estratégias de governo, classificadas por tipo de ator, principal capacidade de poder e relação do ator com sua base de apoio.

Tipo de ator	Principal capacidade de poder			Relação do ator com sua base de apoio
	Número	Influências especiais		
		Influência econômica	Coerção militar	
Pessoa individual	Populismo	Patrimonialismo	Caudilhismo	“Direta” e desorganizada
Grupo informal	Clientelismo	Oligarquia	Governo por facção militar	Laços informais firmes
Organização formal	Governo partidário	Corporativismo	Governo por instituição militar	Conexões organizacionais estáveis

Fonte: Weyland (2001, 2017).

Na concepção de Weyland (2001), portanto, o populismo não é obra de um partido político ou de um movimento informal, mas de um político individual, isto é, de uma liderança personalista que busca, cada vez mais, aumentar sua autonomia e poder em detrimento de outros grupos da elite e dos próprios partidos políticos organizados. E ainda que, como governante, tenha que lidar com outros setores da sociedade (por exemplo, o setor econômico), o líder populista sempre tentará demonstrar sua independência em relação a esses grupos. Além disso, no populismo, essa liderança individual conta, principalmente, com sua popularidade como recurso para ganhar influência e sustentar sua autoridade. Esta popularidade, que reflete o apoio recebido por parte de um grande número de pessoas, geralmente é posta à prova nas urnas eleitorais e em sondagens de opinião, cuja aprovação reforça a afirmação de incorporar "a vontade do povo", e é demonstrada por meio de comícios e mobilizações. Por isso, é fundamental que o líder populista, constantemente, reforce os laços de compromisso e lealdade com a massa heterogênea que lhe apoia e assim o faz por meio de uma comunicação quase direta e não mediada com seus apoiadores. Nesta concepção, o carisma do líder não é considerado um componente central para a definição, mas é evidente que a crença em determinadas qualidades redentoras ou salvadoras do líder ajuda a reforçar a sua conexão com seus seguidores (WEYLAND, 2017).

Embora essa abordagem traga algumas contribuições, sobretudo no que diz respeito à importância do papel das lideranças no populismo, ela também apresenta algumas dificuldades. O excessivo peso que dá à liderança individual, à desorganização da base de apoio e à sua informalidade institucional e organizacional como características centrais do populismo parece deixar de fora um conjunto de fenômenos que hoje se considera comumente como populistas. Nesta concepção, aparentemente, ficariam de fora alguns movimentos políticos que não giram em torno de uma liderança personalista tão evidente, mas que ainda assim são considerados por alguns especialistas como populistas, como é o caso do Podemos, na Espanha. Também poderiam ser desconsiderados, partindo desta definição, aqueles líderes populistas que conseguiram constituir uma ampla base de apoio popular contando com, entre outras coisas, a ajuda e a atuação de um núcleo de apoiadores bem organizados, como por exemplo Jair Bolsonaro, no Brasil. E, por fim, a definição também parece não dar conta daqueles líderes populistas que possuem por trás de si uma forte organização partidária, como é o caso do *Front National* de Le Pen, na França (MOFFITT, 2016).

3.4 Populismo como um estilo político

Para alguns especialistas, o populismo não seria nem um tipo de ideologia, nem um tipo de estratégia política, mas sim um modo de fazer política que envolve as dimensões da ação e do discurso políticos, ou seja, uma espécie de estilo político (TAGUIEFF, 1995; KNIGHT, 1998; CANOVAN, 1999; MOFFITT; TORMEY, 2014; MOFFITT, 2017; EATWELL; GOODWIN, 2019; TORMEY, 2019). De modo geral, um estilo político pode ser entendido aqui como um repertório de performances corporificadas e simbolicamente mediadas, usadas para criar relações políticas com um público e que abarcam desde o âmbito das atividades de governo até a vida cotidiana (MOFFITT, 2016). No cerne desta concepção de estilo político está a noção de performance, que diz respeito tanto aos aspectos retóricos (linguagem falada e escrita, argumentação, tom, gestos e linguagem corporal) quanto aos aspectos estéticos (imagens, vestuário, design e “encenação”) implicados no processo de auto apresentação de um ator político. Todos estes aspectos performáticos, reunidos num estilo político, são, no cenário contemporâneo, os principais recursos utilizados por um ator político para se projetar e se tornar visível publicamente com o intuito de obter algum sucesso político (MOFFITT, 2016). A questão, portanto, é identificar quais são os elementos performáticos que caracterizam o estilo político populista.

Neste sentido, Benjamin Moffitt (2016) propõe definir o populismo contemporâneo como *“um estilo político que envolve um apelo ao ‘povo’ versus ‘a elite’, ‘más condutas’ e a encenação de crise, colapso ou ameaça”* (p. 45, ênfase no original). O primeiro aspecto, o apelo ao “povo” versus “elite”, diz respeito a uma dimensão comum a quase todas as definições, a saber, a construção performática, mediante invocações ou gestos, de uma sociedade dicotômica representada, de um lado, por um “povo” virtuoso e soberano e, de outro lado, por uma “elite” corrupta e disfuncional que prejudica o povo. O segundo aspecto do estilo populista, a má conduta, refere-se ao emprego de certo nível de linguagem, como o uso de gírias e de palavrões, e de elementos relativos à linguagem corporal, aos modos, ao vestuário e à incorreção política, que normalmente são contrários ao que se espera de um comportamento racional e formal, implicando em uma certa compostura e o uso de uma linguagem tecnocrática. Por fim, o terceiro aspecto refere-se ao esforço de induzir uma percepção generalizada de que há algum tipo de crise, colapso ou ameaça que exige uma solução dura, urgente e definitiva, e que provavelmente dará ímpeto ao populismo. Do lado oposto ao do estilo populista, como numa escala, estaria o

estilo tecnocrático, caracterizado por um apelo à competência, pelo emprego de “bons modos” e por enfatizar a estabilidade e o progresso (MOFFITT, 2016).

Figura 2 – Espectro do estilo político tecnocrático-populista. Fonte: Moffitt (2016).



Compreender o populismo como um estilo político, de fato, pode proporcionar algumas vantagens. Primeiro, conforme ressaltam Moffitt e Tormey (2014), essa concepção do populismo permite dar conta da aparição do fenômeno em diferentes contextos e permite também compará-los. Em segundo lugar, esta abordagem permite considerar o populismo não como uma categoria binária (do tipo *é* ou *não é*), mas como um conceito que admite gradações, reconhecendo que atores políticos podem ser mais ou menos populistas em certos momentos. Além disso, a concepção como estilo político incorpora ao conceito um novo vocabulário técnico (*performers*, públicos, palcos, repertórios performáticos e *mise-en-scène*) que procura lançar luz sobre o modo como a representação populista opera. Por outro lado, algumas de suas vantagens também podem se transformar em dificuldades. O próprio Moffitt (2016) reconhece que a noção de *estilo político* não é tão clara e que sua compreensão também não é consensual na literatura especializada. Em muitas ocasiões, a noção de estilo político se aproxima muito da noção de estilo discursivo ou de estilo retórico, noções essas que têm sido mais utilizadas por outros estudos, sobretudo se se considera a retórica em seu sentido clássico, mais amplo, cujo foco não se restringe exclusivamente ao *conteúdo* dos discursos, mas considera todos os elementos mobilizados para a produção do convencimento, inclusive os aspectos relacionados à persona e à performance do orador. A vantagem da abordagem discursiva, nesse caso, parece ser a capacidade de produzir resultados semelhantes, sem necessitar recorrer, contudo, ao novo vocabulário técnico e suas definições, que a abordagem do estilo político exige.

3.5 Populismo como uma relação política

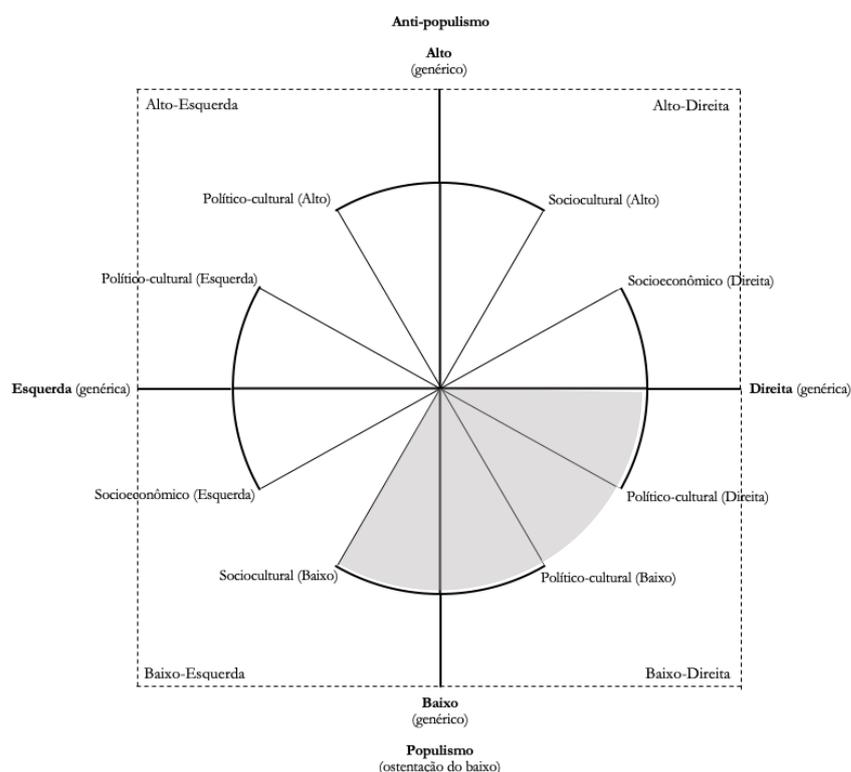
Uma outra abordagem para o conceito de populismo tem buscado enfatizar o caráter fundamentalmente relacional e a dimensão sociocultural do fenômeno, aspectos estes que, segundo os defensores desta posição, são frequentemente negligenciados por outras abordagens (OSTIGUY, 2009, 2017; OSTIGUY; ROBERTS, 2016). Nesta perspectiva, o populismo é compreendido como uma forma particular de relação política estabelecida entre líderes políticos e uma base social, articulada mediante o recurso a apelos específicos que, por razões socioculturais, são bem recebidos por determinados setores da sociedade (OSTIGUY, 2017). Há, no entanto, alguns pressupostos subjacentes a esta definição que precisam ser esclarecidos para uma compreensão mais completa desta abordagem. Aquela referência, muito comum, a uma situação antagonista entre “povo” e “elite”, que o populismo utiliza para fins políticos, nesta concepção, não é apenas uma situação constituída discursivamente, mas é, de fato, um produto de circunstâncias políticas e históricas. Todo projeto político ou civilizacional, considerado como apropriado em um determinado momento, gera resíduos, isto é, os seus descontentes, os seus insatisfeitos, aqueles que não se identificam ou não se sentem representados por aquele projeto. O que o populista faz, portanto, é reivindicar de forma ruidosa e orgulhosa a representação dos interesses daqueles que foram excluídos, os quais, por sua vez, são mobilizados por esse discurso. É por isso, então, que o populismo é quase sempre transgressivo em relação ao modo convencional de se fazer política, de se comportar e de falar publicamente (OSTIGUY, 2017).

Neste sentido, Pierre Ostiguy (2009, 2017) propõe introduzir uma dimensão cultural para caracterizar o espectro político, que diz respeito aos modos de ser, de agir e de se relacionar com as pessoas (ou, numa palavra, aos apelos) no âmbito político. Essa dimensão cultural pode ser representada na forma de um eixo vertical, cujas extremidades são alto-baixo. A extremidade “alto” representaria os modos de ser, de agir e de se relacionar considerados como culturalmente mais apropriados ou adequados, caracterizando assim um modo anti-populista, enquanto a extremidade “baixo” representaria os modos transgressores, característicos do populismo. Cada uma das extremidades dessa dimensão, no entanto, pode ser dividida em dois componentes: um sociocultural e outro político-cultural. O componente sociocultural refere-se àqueles aspectos relativos à apresentação pública do ator político, tais como a conduta, o comportamento, as formas de falar e de se vestir, o vocabulário, os gostos etc. Políticos do “alto” costumam apresentar-se de forma mais comportada, polida, séria, rígida, cosmopolita e com discursos racionais, enquanto os políticos de “baixo” são mais expressivos em seus gestos e no comportamento, mais desinibidos, mais bairristas, têm gostos culturalmente populares, e

usam muitas gírias, metáforas, expressões folclóricas ou uma linguagem vulgar. Já o componente político-cultural diz respeito ao tipo de liderança política e ao modo de tomada de decisão no sistema político. Neste caso, os políticos do “alto” são mais formalistas, legalistas, impessoais e aceitam ser mediados institucionalmente, enquanto os políticos de “baixo”, os populistas, enfatizam uma liderança forte, não mediada e muito personalista (OSTIGUY, 2017).

Osteguy (2017) prossegue explicando que esse eixo alto-baixo pode ser, no entanto, conceitualmente acoplado, de forma ortogonal, ao já tradicional eixo esquerda-direita, dividindo assim o espectro político em quadrantes. Ocorre, ainda, que o eixo esquerda-direita também pode ser desmembrado em dois componentes: um socioeconômico e outro político-cultural. No caso do componente socioeconômico, o polo da esquerda é tradicionalmente conhecido por defender políticas que visam promover uma maior igualdade na distribuição econômica, enquanto o da direita, por defender políticas econômicas mais liberais, que preservem os direitos de propriedade estabelecidos. Já no que diz respeito ao componente político-cultural, que trata da postura diante dos valores morais culturalmente difundidos na sociedade, aqueles que estão à esquerda no espectro político tendem a adotar uma postura mais liberal e crítica diante desses aspectos, enquanto os que estão à direita parecem assumir, normalmente, uma postura mais conservadora. O resultado dessa combinação entre os eixos alto-baixo e esquerda-direita pode ser representado conforme a figura 3, abaixo.

Figura 3 – Espaço político bidimensional e a “roda” dos eixos da polarização política.
Fonte: adaptado de Ostiguy (2017).



Há, na realidade, duas formas de posicionar os atores políticos no gráfico ilustrado na figura acima. Em um nível mais elementar, considerando genericamente os tipos de apelos e a posição política, é possível localizá-los em um dos quadrantes formados pela intersecção ortogonal dos dois eixos principais, representados na figura por linhas tracejadas. Em um nível mais sofisticado, os atores políticos podem ser localizados também ao longo da circunferência formada pelos polos dos eixos relativos aos componentes de cada dimensão, logicamente ordenados. Nesta representação gráfica, os atores políticos irão, portanto, ocupar uma dada porção (contínua) dessa circunferência. Ostiguy (2017) observa, por exemplo, que os atores políticos populistas de países desenvolvidos, geralmente, combinam aspectos dos componentes político-cultural de direita, político-cultural de baixo e sociocultural de baixo, o que corresponderia à área sombreada do círculo, na figura 3. Ostiguy (2017) argumenta ainda que uma das vantagens de compreender o populismo em função do eixo alto-baixo é a possibilidade de obter daí categorias de análise claras e ordinais, isto é, que admitem gradações. Contudo, embora procure definir o populismo como um tipo de relação que envolve vários componentes, Ostiguy (2017) reconhece que uma fonte central de dados para estudar o fenômeno e entender os “apelos” ainda é o discurso. Neste sentido, a sua abordagem se aproxima muito, metodologicamente, das abordagens discursivas para o fenômeno do populismo, ainda que acionando um quadro teórico diferente.

3.6 Populismo como uma lógica política

Há, ainda, quem considere o populismo como um fenômeno discursivo, porém não como um tipo de discurso, e sim como uma espécie de lógica política (LACLAU, 2005a; MÜLLER, 2016; DA SILVA; VIEIRA, 2018; HIRVONEN; PENNANEN, 2019). Silva e Vieira (2018), por exemplo, sugerem que a lógica populista é a do ressentimento, que inclui ao menos três elementos: um elemento normativo, que se refere ao compromisso da democracia com a igualdade e a soberania popular; um elemento comparativo derivado dessa normatividade, que envolve uma rivalidade entre uma parte que se vê inferiorizada e outra parte considerada como culpada por essa inferioridade; e um apelo à restauração do compromisso democrático feito por uma parte em nome do todo. Müller (2016), por sua vez, acredita que o

populismo é uma lógica política que se caracteriza por ser monista, moralista e antipluralista (STAVRAKAKIS; JÄGER, 2018).

Em trabalhos recentes, Ernesto Laclau (2005a, 2005b, 2006) empreendeu um novo esforço no sentido de propor uma definição para o conceito de populismo, sem, contudo, abandonar totalmente a sua concepção inicial. Como ponto de partida, Laclau (2005a) observa que todos os esforços que buscaram compreender o populismo identificando-o a certo *conteúdo* ideológico ou político foram sempre frustrados pelo surgimento de contraexemplos concretos. Sua proposta, então, é considerar o populismo não como uma categoria ôntica, e sim ontológica, ou seja, compreendê-lo em termos de uma *lógica específica de articulação* do discurso que pode se aplicar a conteúdos ideológicos e políticos diversos. Naturalmente, quando se fala em lógica aqui deve-se ter em mente algo como uma gramática especial que determina os objetos que podem ser constituídos em uma dada esfera da atividade humana e as relações possíveis entre esses objetos (LACLAU, 1999).

Mas, sendo assim, que lógica de articulação seria essa? Em primeiro lugar, Laclau (2005b) reconhece que há no sistema social uma divisão fundamental e irremediável: de um lado, há o conjunto da sociedade, com todas as suas demandas e necessidades específicas e heterogêneas, e, de outro lado, há a esfera político-administrativa, com o poder de decisão sobre as soluções para essas demandas. Pode ocorrer que tais necessidades sociais, que são sempre pontuais e diversas, sejam apresentadas na forma de solicitações à instância que tem o poder de decisão para solucioná-las e que esta última, por sua vez, possua também a capacidade e a disposição para atender a grande parte dessas solicitações. Nesta circunstância, a divisão social preexistente não é acentuada e nem mesmo se torna um problema, pois os atores sociais reconhecem tacitamente a legitimidade de cada uma das suas instâncias: não é posto em causa o direito da sociedade de apresentar as solicitações, nem o direito da instância decisória de tomar a decisão (LACLAU, 2005b). Neste caso, portanto, as duas partes operam de acordo com o que Laclau (2005b) denomina como *lógica da diferença*, isto é, com base na ideia de que qualquer demanda social legítima pode ser resolvida por vias administrativas.

Contudo, pode ocorrer também, por qualquer razão, que grande parte das demandas sociais, apresentadas como solicitações, não sejam atendidas pela esfera político-administrativa. Uma circunstância como esta poderia desencadear uma série de frustrações, que embora pontuais e variadas, seria capaz de reunir solidariamente os cidadãos em torno de uma insatisfação comum com a instância decisória. Decorre desta situação, portanto, três aspectos importantes para a concepção de populismo de Laclau (2005b): (1) a agregação de todas as

diferentes demandas sociais em torno do fato comum de permanecerem não resolvidas, aspecto este denominado como *lógica de equivalência*; (2) a constituição de uma *subjetividade popular* que resulta justamente da agregação solidária de sujeitos particulares que compartilham a insatisfação em relação à pluralidade de demandas não resolvidas; e (3) a criação de uma *fronteira interna* que divide acentuadamente o social em dois campos: o do poder e o do oprimido (o sujeito popular). A este ponto, a questão é saber como seria possível haver um modo de representação universal capaz de dar conta das mais variadas demandas sociais, cuja equivalência se dá apenas por sua condição negativa de insatisfação. A resposta, segundo Laclau (2005b), é que tal modo de representação só seria possível com base na produção discursiva de *significantes vazios* e, por isso, “a chamada ‘pobreza’ dos símbolos populistas é a condição de sua eficácia política – pois, como sua função é conferir uma homogeneidade a uma realidade altamente heterogênea, eles só podem fazê-lo com base na redução do seu conteúdo particularista ao mínimo” (2005b, p. 40). O populismo, portanto, resulta de uma articulação discursiva de todos esses elementos estruturais.

Para começar, só temos populismo se houver uma série de práticas político-discursivas construindo um sujeito popular, e a pré-condição para o surgimento de tal sujeito é, como vimos, a construção de uma fronteira interna dividindo o espaço social em dois campos. Mas a lógica dessa divisão é ditada, como sabemos, pela criação de uma cadeia de equivalência entre uma série de demandas sociais em que o momento equivalente prevalece sobre a natureza diferencial das demandas. Por fim, a cadeia de equivalência não pode ser fruto de uma coincidência puramente fortuita, mas deve ser consolidada por meio do surgimento de um elemento que dê coerência à cadeia, significando-a como uma totalidade. Esse elemento é o que chamamos de *significante vazio*¹⁵ (LACLAU, 2005b, p. 43–44).

Compreendendo o conceito desta maneira, Laclau (2005b) alega oferecer, então, uma concepção estritamente formal do populismo, pois refere-se exclusivamente a um modo particular de articulação dos aspectos estruturais do fenômeno, independente de quais conteúdos estejam, de fato, sendo articulados. Esta preocupação em entender explicitamente o populismo como *forma* e não como um *conteúdo* é, sem dúvida, uma contribuição importante desta abordagem. Por ser formal, esta concepção do populismo pode, portanto, ser usada para compreender as mais variadas manifestações do fenômeno em diferentes contextos

¹⁵ Tradução nossa do original: “To start with, we only have populism if there is a series of politico-discursive practices constructing a popular subject, and the precondition of the emergence of such a subject is, as we have seen, the building up of an internal frontier dividing the social space into two camps. But the logic of that division is dictated, as we know, by the creation of an equivalential chain between a series of social demands in which the equivalential moment prevails over the differential nature of the demands. Finally, the equivalential chain cannot be the result of a purely fortuitous coincidence, but has to be consolidated through the emergence of an element which gives coherence to the chain by signifying it as a totality. This element is what we have called empty signifier” (LACLAU, 2005b, p. 43–44).

socioeconômicos. Além disso, este tipo de concepção permite entender também o fato de, em algumas circunstâncias, movimentos radicais de posições políticas opostas terem recorrido a elementos significantes semelhantes. Ademais, a concepção formal do populismo também admite compreender o conceito como uma categoria gradual e não simplesmente como uma categoria binária, do tipo *é* ou *não é* (LACLAU, 2005b).

Apesar das vantagens desta concepção, no entanto, talvez a sua principal dificuldade esteja na exigência de assumir certos compromissos de cunho teórico-normativo, pois a explicação oferecida por Laclau para o populismo transforma o fenômeno na manifestação da política *par excellence*. Na perspectiva de Laclau (2005b), a conclusão a qual naturalmente se chega a partir da sua concepção é a de que o populismo é sinônimo de política, é a política em sua essência, ou seja, que o populismo não é só inescapável, como necessário, e desse modo também “[...] é o caminho privilegiado para se entender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal” (LACLAU, 2005a, p. 67). São afirmações como essas que levam Andrew Arato (2016) a acusar Laclau de conceber o populismo sob a ótica de uma teologia política disfarçada, na contramão do empreendimento da Ciência Política contemporânea de secularização dos conceitos políticos, e a destacar as premissas schmittianas e as consequências antidemocráticas implicadas nesta concepção.

Naturalmente, essa compreensão de Laclau do populismo como uma força política autêntica que deve ser empregada para aprofundar a democratização choca-se frontalmente com outras perspectivas que consideram o populismo como uma espécie de patologia política (TAGGART, 2002; ROSANVALLON, 2008; KALTWASSER, 2012; HIRVONEN; PENNANEN, 2019). Pois, conforme observa Urbinati (2019a), não há garantia alguma de que a incorporação de um grande número de pessoas pelo populismo se traduziria necessariamente em um aprofundamento da autonomia política e não em governos centralizados potencialmente autoritários e intolerantes aos controles institucionais e às opiniões divergentes. De fato, uma vez no poder, muitos líderes populistas procuram fortalecer o executivo, borrar os limites constitucionais inerentes à separação dos poderes e suspender os direitos básicos que protegem as minorias e outras forças da sociedade, ao mesmo tempo em que mantêm uma postura de “movimento” *anti-establishment*, mobilizando “o povo” contra as elites à medida que desenvolvem suas próprias formas de clientelismo (ARATO; COHEN, 2019). Moffitt (2016) também sugere que esse exagero em termos do status político do populismo implica uma universalidade da lógica populista que poderia ser facilmente desafiada por uma série de contraexemplos empíricos. Além disso, se populismo e política são de fato equivalentes, a

própria abordagem adquire um caráter excessivamente amplo e genérico, o que poderia levar à imprecisão e à banalidade na escolha de casos concretos para análise empírica (MOFFITT, 2016).

4 POPULISMO E RETÓRICA POPULISTA

Este é, em linhas gerais e no que nos interessa, o cenário da discussão sobre o tema em que nos encontramos hoje. É importante notar, de partida, que o que ocorre com o conceito de populismo não é muito diferente daquilo que acontece com outros conceitos complexos e disputados da Política, como, por exemplo, o de democracia, para o qual há um variado leque de concepções e definições que, embora possam compartilhar algo em comum (o que normalmente se traduz numa definição mínima), acabam por enfatizar diferentes aspectos do fenômeno como sendo essenciais para a sua constituição, compreensão e constatação empírica (GOERTZ, 2006; HELD, 2006). Aqui, a situação é, em alguma medida, semelhante. Estamos diante de várias concepções do populismo que, por escolhas teórico-metodológicas, se distinguem pelas *ênfases* dadas aos elementos considerados como fundamentais ao conceito. Em princípio, nenhuma dessas concepções e definições está necessariamente errada, visto que todos os aspectos enfatizados diferentemente por cada uma delas *podem* estar associados ao fenômeno. O problema, neste caso, está em discernir, entre todos esses aspectos possíveis, aqueles que se configuram como condições necessárias e suficientes para caracterizar o fenômeno.

A bem da verdade, o problema é ainda anterior a isso. A questão relativa à maneira mais adequada de se definir conceitos complexos e disputados de modo a servir convenientemente à pesquisa empírica comparativa é um assunto que ocupa lugar no debate em ciências sociais já há algum tempo (SARTORI, 1970; COLLIER; MAHON, 1993; GOERTZ, 2006). Desse intrincado debate, de matiz epistemológico e metodológico, interessa-nos aqui chamar a atenção para duas recomendações que precisam ser levadas em conta no nosso caso. A primeira delas consiste em reconhecer que, no âmbito da pesquisa empírica comparativa, conceitos complexos que pretendam abarcar uma ampla extensão de casos empíricos requerem definições que sejam construídas em múltiplas camadas e com múltiplas dimensões, em lugar de recorrer apenas à definição clássica de identificação do gênero e diferença específica (GOERTZ, 2006). Dificilmente, conceitos complexos poderão ser explicitados por definições muito breves, unidimensionais, sem que isso nos remeta àquela anedota do cobertor curto. É bem mais provável que, nesse caso, as definições necessitem ser explicadas paulatinamente, à medida em que vão sendo identificadas e também explicadas as dimensões e os atributos principais referentes ao conceito.

A segunda recomendação refere-se à ideia segundo a qual, para a pesquisa empírica, boas definições são aquelas capazes de traduzir o conceito em boas categorias e de identificar os atributos que se mostram como relevantes para compreender as hipóteses, as explicações e os mecanismos causais relacionados ao fenômeno (COLLIER; MAHON, 1993; GOERTZ, 2006). Há, ao menos, três formas de estruturar definições desta natureza. A forma clássica consiste justamente em estabelecer as condições necessárias e suficientes para que algo se encaixe em uma categoria. Neste caso, um fenômeno empírico só pode ser enquadrado em um conceito se, e somente se, atender a *todos* os requisitos considerados como condições necessárias e suficientes pela definição. Outra forma de estruturar uma definição é por semelhança familiar, que consiste em estabelecer todas as condições suficientes para que algo se encaixe em uma categoria. Não há, nesse caso, condições que sejam necessárias, portanto imprescindíveis, para a configuração do fenômeno. Aqui, para se enquadrar no conceito, a exigência é que um caso empírico apresente, ao menos, um número mínimo n de quaisquer dos atributos considerados como condições suficientes pela definição (GOERTZ, 2006). A terceira forma mescla a lógica das duas anteriores e é conhecida como definição radial, pois consiste na identificação de um conjunto mínimo de atributos que são centrais ao conceito e de outros atributos que lhe são periféricos. Para enquadrar-se no conceito, o caso empírico deve apresentar os atributos centrais da definição e quaisquer dos atributos periféricos, que funcionam, inclusive, para distinguir subcategorias relacionadas ao fenômeno (COLLIER; MAHON, 1993).

Conceitos como o de populismo, que geralmente são empregados para abarcar um leque amplo e variado de casos empíricos, dificilmente conseguem ser satisfatoriamente explicitados por meio de definições em sua forma clássica. Pois, definições assim, que recorrem ao estabelecimento das condições necessárias e suficientes, encerram uma relação inversamente proporcional entre a sua intensão ou conotação, isto é, o conjunto de *propriedades* que determinam as coisas às quais a expressão se aplica, e a sua extensão ou denotação, o conjunto de *coisas* às quais a expressão se aplica (SARTORI, 1970; GOERTZ, 2006). Trocando em miúdos, isso quer dizer que, nesse caso, quanto maior for o número de propriedades determinantes exigidas pela definição, menor será a variedade (e, conseqüentemente, o número) de casos empíricos abrigados sob o conceito. Por outro lado, para dar conta de um conjunto amplo e variado de casos empíricos, é necessário reduzir consideravelmente o número de atributos determinantes exigidos, o que, muitas vezes, conduz o teórico a desembocar na chamada *definição mínima* (ROODUIJN, 2014). O problema com as definições mínimas, como

já dissemos, é o risco de tornarem-se extremamente vagas e inúteis analiticamente. É possível, portanto, que conceitos como o de populismo sejam melhor explicitados mediante o recurso às outras formas de definição. Jane Mansbridge e Stephen Macedo (2019), por exemplo, preferiram adotar um modelo de definição radial (*a “core-plus” approach*) para tentar elucidar o conceito de populismo.

Em nosso caso, podemos começar nosso esforço para explicitar o conceito, assim como fez Müller (2016), partindo de uma questão aparentemente trivial: por qual razão consideramos algo ou alguém como “populista”? Naturalmente, se o uso desta expressão, por ser um adjetivo, revela a intenção de caracterizar algo ou alguém, isto é, de atribuir à coisa ou de lhe evidenciar determinada característica, aspecto ou propriedade accidental, então a questão envolve saber a natureza da característica (ou das características) que, uma vez reconhecida, autoriza o emprego adequado da expressão¹⁶. Aparentemente, o rótulo “populista” é atribuído primariamente a alguém tendo em consideração o que essa pessoa fala, o modo como fala e, em alguma medida, o modo como age e se comporta, sobretudo em função do que fala. Pejorativamente, alguém é tachado de “populista” quando fala e age como um demagogo, isto é, quando, para ascender ao poder, fala e age como alguém que alega ser uma pessoa comum que atua em defesa dos interesses populares, que deseja agradar e exaltar o povo, ao mesmo tempo em que tenta inflamá-lo contra seus inimigos políticos. No Brasil, por exemplo, o primeiro uso político significativo da expressão “populista” apareceu em um artigo de jornal, publicado em 1946, para se referir a dois políticos da época, Getúlio Vargas e Hugo Borghi, acusados de praticarem uma “demagogia populista”, provavelmente referindo-se ao tipo de discurso que praticavam e dirigiam às massas. Entre os anos de 1946 e 1950, era comum, nos jornais brasileiros, que a expressão “populista” aparecesse de algum modo associada à ideia de demagogia (BARROS; LAGO, 2022).

Entre os estudos sobre o tema, também há um consenso mais ou menos estabelecido de que “populista” é aquele ator político que busca vender discursivamente uma determinada compreensão maniqueísta e polarizada da sociedade, na qual “o povo” é vítima do menosprezo das “elites” e das “crises” provocadas por elas, para com isso, e colocando-se ao lado “desse povo”, tentar comover (ou, pejorativamente, manipular) uma base popular a agir de alguma

¹⁶ De acordo com Urbinati (2019a), a entrada para o adjetivo “populista” no *Oxford English Dictionary* refere-se a algo “relacionado a ou característico de uma abordagem política que se esforça para atrair pessoas comuns que acham que as suas preocupações estão sendo desconsideradas por grupos elitistas estabelecidos” (p. 77). Já em um dicionário de português licenciado para a *Oxford University Press*, encontram-se três referências ao uso político do adjetivo: (1) relativo ou pertencente a populismo; (2) que ou aquele que apoia o populismo; (3) que ou o que é adepto ou utiliza os métodos do populismo.

maneira, sobretudo apoiando-o politicamente. De fato, esse aspecto da construção discursiva de um antagonismo fundamental na sociedade entre “povo” e “elite”, geralmente associado a um contexto de crise, é uma característica presente, se não em todas, na grande maioria das concepções e casos empíricos (ROODUIJN, 2014). Já nas originárias e distintas experiências russa e americana do século XIX, a expressão “populista” era empregada como uma alcunha para integrantes de movimentos e partidos políticos que reivindicavam falar e agir em defesa dos interesses de um “povo” autêntico, moralmente superior, e contra a sua exploração por uma “elite” corrupta, e, em ambos os casos, esses integrantes buscaram persuadir e mobilizar uma base de apoio popular para, a seu modo, alcançar o poder¹⁷ (CANOVAN, 1981; TAGGART, 2000).

Há claramente, portanto, uma espécie de **retórica populista** que ao ser empregada estrategicamente por um ator político parece caracterizá-lo como um “populista” e cuja relevância é reconhecida em praticamente todas as abordagens ao tema. Os populistas, afirma Freedman (2017), “são bons comunicadores e, conseqüentemente, mobilizadores, adotando uma linguagem eficiente, facilmente transmissível e persuasiva para muitos” (p. 10). Segundo Weyland (2001), o líder populista apela ao povo para que ajudem “em seu esforço heroico de regenerar a nação, de combater os grupos privilegiados e seus interesses especiais e de transformar as instituições ‘corruptas’ estabelecidas” (p. 14). Também Moffitt (2016) e Ostiguy (2017) ressaltam em suas respectivas concepções os apelos dirigidos ao povo e o modo como esses discursos são feitos. Ademais, é considerando essa dimensão discursiva que Mudde (2004) pode falar em um *populist Zeitgeist* para se referir ao uso indiscriminado de uma retórica populista por partidos do *mainstream*. Em suma, conforme já tinha observado Canovan (1984), o que todos os atores populistas parecem ter em comum é “um estilo retórico que depende fortemente de apelos ao povo” (p. 313).

O uso da retórica populista por parte de um ator político tem como objetivos intermediários a *articulação* e a *mobilização* de uma ampla base de apoio popular em torno de

¹⁷ As duas experiências apresentam semelhanças até no emprego de uma estratégia discursiva quase religiosa para convencer e mobilizar suas respectivas bases de apoio. Em relação ao modo de atuação do *People's Party* em campanhas eleitorais, Canovan (1981) comenta que: “[...] não faltaram pregadores populistas. De acordo com um historiador: ‘os fazendeiros, os comerciantes do campo, os criadores de gado, os de longos bigodes e os de chapéus de abas largas e botas pesadas, ouviram a palavra e puderam pregar o evangelho do populismo [...]’. Os oradores falaram para multidões de fazendeiros que se deslocaram por quilômetros por trilhas difíceis para se juntar às procissões de carroças [...]. O ‘povo’ emergiu na política, e um dos temas constantes de suas reuniões era a hostilidade aos políticos profissionais e suas manobras” (p. 33-34). Já sobre o movimento russo de intelectuais urbanos, Taggart (2000) revela que a abordagem ocorria do seguinte modo: “Indo de aldeia em aldeia, distribuíam panfletos revolucionários e falavam indiscriminadamente aos camponeses que cruzavam seu caminho sobre a necessidade de redistribuir radicalmente a terra e engajar-se na revolução. [...] Dolgushin viu a necessidade de usar a retórica religiosa na propaganda, pois era uma forma de quebrar as barreiras sociais entre os intelectuais e os camponeses” (p. 51-52).

si (JANSEN, 2011). Mais do que para atingir a um propósito ideológico, os atores políticos utilizam o aparato retórico populista com o propósito prático de tornarem-se forças políticas relevantes no jogo político mediante a consolidação de uma significativa base de apoio social suficientemente engajada e entusiasmada com a sua liderança (DAI; KUSTOV, 2022). Para Weyland (2001), é justamente essa ampla base de apoio popular aquilo que corresponde à principal fonte de poder das lideranças populistas. Também os teóricos do populismo latino-americano, como por exemplo Gino Germani (1973), Torcuato di Tella (1973) e Octavio Ianni (1973), já tinham notado, naquele contexto, o quanto as lideranças populistas eram hábeis na mobilização e articulação de classes sociais distintas. Já Taguieff (1995) chega a ser mais taxativo ao propor que o populismo só poderia ser compreendido “como um tipo de *mobilização social e política*” (p. 9; ênfase do autor). O ator político utiliza a retórica populista, portanto, para tentar comover as pessoas a respeito de uma situação desfavorável e também para convencê-las de que ele próprio é o melhor intérprete dos anseios e da vontade popular. Assim, a disseminação de determinadas ideias, crenças ou interpretações da realidade normalmente articuladas pelo aparato retórico populista não é o fim, senão um meio para alcançar o objetivo prático e intermediário. Por isso, embora seja possível, não é necessário que o ator populista esteja verdadeiramente comprometido com tais ideias, crenças ou interpretações da realidade; para o propósito prático de obtenção do apoio popular, é suficiente “incutir em seus seguidores um senso de missão para transformar o status quo e transcender os limites da estrutura institucional estabelecida” (WEYLAND, 2001, p. 14) e convencer as pessoas do seu comprometimento a este respeito.

O ator político que recorre à retórica populista, contudo, não está simplesmente interessado em organizar um movimento de protesto e, por isso, a mobilização das camadas populares aparece como um objetivo intermediário em sua estratégia de persuasão. Na verdade, todo ator populista está interessado em implantar um projeto de poder (URBINATI, 2014). E, muitas vezes, esse projeto não envolve a partilha democrática do poder, isto é, a ampliação dos meios e das oportunidades de participação efetiva das camadas populares no processo de tomada da decisão política, senão a constituição de regimes cada vez mais autoritários, sem que isso implique necessariamente em romper de vez com a democracia (DE LA TORRE, 2017b). O foco do ator populista, portanto, está em buscar os meios e os instrumentos necessários para conquistar e exercer o poder político (WEYLAND, 2001). Em regimes democráticos, a conquista do poder político passa necessariamente por vencer as eleições. E os populistas têm uma relação singular com a eleição, pois apropriam-se dela como uma espécie de ritual no qual

se celebra a vitória do povo autêntico e também como uma espécie de plebiscito mediante o qual demonstram sua força a todos os seus concorrentes (URBINATI, 2019b). Como certa vez afirmou De la Torre (2016), a fonte de legitimidade dos populistas baseia-se “em ganhar eleições que em teoria eles podiam perder” (p. 131). Assim, a retórica populista surge como principal recurso empregado para alcançar esse propósito. O ator político usa estrategicamente a retórica populista para persuadir e mobilizar uma base de apoio popular com a finalidade de conquistar o poder político e, assim, implementar seu projeto político-ideológico, que pode ser de qualquer natureza.

O mero uso do estilo retórico populista, entretanto, ainda não é suficiente para caracterizar o populismo. Por ser um aparato discursivo capaz de arrebatando corações e mentes, em tese, qualquer ator político pode querer empregar estrategicamente a retórica populista com o intuito de obter alguma vantagem no jogo político sem que isso configure algum tipo de populismo, seja por não lograr êxito em sua investida, seja por não a empregar como sua principal estratégia de comunicação. De fato, isto não é algo incomum. Alguns estudos têm apontado para o crescente uso da retórica populista por atores políticos que normalmente não são associados ao populismo, de algum modo estimulados pelo sucesso eleitoral das lideranças populistas nas últimas décadas (MÉNY; SUREL, 2002; MAZZOLENI, 2008; MANUCCI; WEBER, 2017; LEWIS; CLARKE; BARR, 2019; MUDDE, 2019; SCHWÖRER, 2021). Ademais, conforme observa Urbinati (2014), alguns movimentos de protesto, como o *Occupy Wall Street*, utilizam uma retórica populista em sua estratégia discursiva, sem demonstrar, contudo, qualquer interesse em disputar eleições ou ocupar cargos no governo; neste caso, sugere a autora, também há que se reconhecer o uso da retórica populista, mas ainda não o populismo.

O populismo, portanto, não pode ser resumido a um estilo retórico. Aparentemente, além desta dimensão discursiva, é preciso considerar ainda uma dimensão estrutural, que envolve as presenças de lideranças políticas, de uma ampla base apoio social e de uma finalidade. Dessa maneira, o populismo pode ser compreendido como um movimento político¹⁸

¹⁸ A concepção do populismo como movimento político é bastante controversa no debate acadêmico sobre o tema, principalmente porque os diversos casos empíricos diferem tanto no que diz respeito ao perfil de suas bases sociais quanto no que se refere ao seu perfil ideológico. Nosso argumento é que, enquanto fenômeno, o populismo se manifesta na forma de um movimento político *constituído pela e baseado na* mobilização política de apoiadores informalmente vinculados a e identificados com uma liderança populista. De fato, a ideia de mobilização é bastante apropriada ao populismo. Sua origem é de cunho militar e, nesse contexto, refere-se ao processo de convocação e preparação da população para o enfrentamento de uma guerra (PASQUINO, 1998). Já a mobilização política diz respeito à ação de articular e incentivar uma coletividade, uma rede de apoiadores por exemplo, a agir politicamente em busca de um objetivo específico (OBERSCHALL, 1973). Ao contrário da participação política, que é espontânea, a mobilização política é verticalmente induzida e geralmente envolve as presenças de um agente mobilizador (a

conduzido por lideranças políticas, apoiadas por uma expressiva base social articulada e mobilizada mediante o uso de uma estratégia retórica populista, com a finalidade de obter o poder governamental. Em outras palavras, há populismo quando um líder político é relativamente bem sucedido em usar a retórica populista para transformar a angústia e indignação populares em uma estratégia de mobilização das massas para conquistar o governo (URBINATI, 2014). Uma liderança populista desponta e passa a ser reconhecida publicamente como tal geralmente quando se apresenta como um *player* relevante no jogo político e eleitoral, isto é, quando tem algum êxito em sua estratégia de articulação de um séquito social expressivo mediante o uso de uma retórica populista. Nesta circunstância, estamos mais propensos a reconhecer o populismo enquanto fenômeno. Assim, nada impede que diversos atores políticos recorram, em alguma medida, ao uso da retórica populista, mas aparentemente só reconhecemos o populismo quando:

- (1) o ator político adquire certo protagonismo como liderança política;
- (2) alavancado por uma base de apoio social expressiva e disposta a agir em seu favor;
- (3) articulada e mobilizada sobretudo devido à influência de uma retórica populista, geralmente empregada como principal estratégia discursiva da liderança;
- (4) com a finalidade de obter e/ou se manter no poder.

Essas são as condições, acredito, que nos levam a identificar um determinado caso empírico como uma ocorrência do populismo. Essa compreensão do populismo, de certa forma, subsume algumas das principais reivindicações apresentadas pelas abordagens precedentes, porém evitando seus reducionismos. Por exemplo, ela reconhece a centralidade do discurso populista para a constituição do fenômeno, atendendo a uma reivindicação dos autores de todas as abordagens de cunho discursivo, sem cair, contudo, na armadilha de equiparar o populismo a um tipo específico de ideologia, de enquadramento, de discurso, de estilo político e retórico ou de lógica discursiva. A vantagem disso é a possibilidade de reconhecer o uso estratégico do estilo retórico populista por diversos atores políticos sem precisar se comprometer, com isso, a

liderança populista), responsável pelo processo de ativação da base e cujo empenho é fundamental para o êxito da ação (CAMERON, 1974), de estratégias de mobilização (a retórica populista), de um objetivo comum (a condução da liderança ao poder como forma de assumir o controle) e de indivíduos, grupos e/ou organizações politicamente ativos e articulados em torno desse propósito. A retórica populista, portanto, tem a dupla função de articulação política, no sentido de conferir aos envolvidos um senso de coletividade e de relacioná-los com a liderança (LACLAU, 2005b), e de mobilização política, no sentido de estimular a ação e o engajamento políticos dos apoiadores (JANSEN, 2011). O movimento político se configura nessa rede de relações informais estabelecidas entre os próprios apoiadores e, sobretudo, entre eles e suas lideranças, mobilizados em torno de um conflito político e orientados por um objetivo específico, com base numa identidade coletiva partilhada (DIANI, 1992).

afirmar tratar-se de populismo em todos os casos. Pois, ainda que o discurso populista seja elemento central da articulação da relação entre ambos, essa compreensão também ressalta a importância das presenças da liderança populista e de sua base social para a configuração do fenômeno, elementos fundamentais nas compreensões de Ostiguy (2017) e Weyland (2001), e ainda incorpora a reivindicação deste último segundo a qual toda essa articulação visa ao propósito prático de assumir o governo. Segundo Urbinati (2014), esta finalidade é decisiva para distinguir os movimentos populistas de outros movimentos populares e de protesto¹⁹. Em suma, o populismo é um fenômeno político que deve ser compreendido tendo em vista uma estrutura, um modo de articulação e mobilização, e uma finalidade específicos.

A presença de uma liderança política que se apresenta como a “personificação do povo e da sua vontade” ou como o seu “campeão” na disputa pelo controle político e que acaba tornando-se objeto de devoção e admiração de seus seguidores é um aspecto fundamental que caracteriza o populismo de forma geral (ROSANVALLON, 2021). Na grande maioria das vezes, e sobretudo em regimes presidencialistas, o papel de liderança populista é incorporado por um ator político individual, normalmente reconhecido como um sujeito personalista, carismático, autêntico, paternalista e/ou *outsider* (alguém que alega não fazer parte do sistema ou da elite), que se apresenta como uma pessoa comum do “povo” (“gente como a gente”) e, ao mesmo tempo, como alguém extraordinário, possuidor de todas as virtudes e atributos necessários para cumprir o desígnio do “povo”, e que busca estabelecer relações da forma mais direta, íntima e informal possível com seus seguidores (WEYLAND, 2001; BARR, 2009; MOFFITT, 2016; MUDDE; KALTWASSER, 2017; OSTIGUY, 2017). Em alguns casos, principalmente em regimes parlamentaristas, um partido político pode assumir esse protagonismo, mas sem que isso signifique necessariamente a ausência de lideranças individuais (TORMEY, 2019). Primeiro, porque alguns dos chamados partidos populistas funcionam, na verdade, como “partidos pessoais”, voltados a sustentar a carreira política do líder²⁰ (MCDONNELL, 2013; MOFFITT, 2016). Segundo, porque, conforme conta Finchelstein (2019), mesmos partidos como o Podemos, na Espanha, e o Syriza, na Grécia,

¹⁹ Nádía Urbinati também insiste nesse aspecto em trabalhos mais recentes. Segundo a autora: “é incorreto tratar o populismo como idêntico aos ‘movimentos populares’, aos movimentos de protesto ou ao ‘popular’ [...]. Na falta de uma narrativa organizadora, *da aspiração de conquistar o poder institucional* e de um líder que afirme que o seu povo é a verdadeira expressão do verdadeiro povo, um movimento popular permanece ‘meramente’ um sacrossanto movimento democrático de protesto e contestação” (2019c, p. 121).

²⁰ Weffort (2003) também observa situações semelhantes no contexto brasileiro. Segundo o autor: “Adhemar de Barros cria um novo partido (PSP), sobre o qual tem inteiro domínio desde 1947, e depende, essencialmente, do seu prestígio popular e de suas posições de poder. Do mesmo modo que Getúlio, este chefe populista vê no partido pouco mais que um quadro para a administração do seu poder pessoal” (p. 58).

acabaram tornando-se cada vez mais verticalizados após alcançarem o poder, deixando de lado o compromisso com a tomada de decisões coletivas em favor da delegação dessas decisões às principais lideranças partidárias. Em sintonia com o que afirma Moffitt (2016), é natural, portanto, que os partidos populistas quase sempre terminem destacando claramente as suas lideranças, ainda que não seja um único indivíduo apenas.

Os líderes populistas são os principais articuladores, disseminadores e beneficiários do discurso populista (BIMES; MULROY, 2004; HAWKINS, 2010; LOVE; WINDSOR, 2018). Sem a sua presença, não há populismo. Eles são capazes de, discursivamente, transformar uma série de demandas sociais heterogêneas em uma vontade coletiva e de unir os diversos grupos em torno de sua figura (LACLAU, 2005b; MOUFFE, 2019). As lideranças populistas, também discursivamente, constroem e encarnam o “povo” e se apresentam como a projeção simbólica de seu ideal (DE LA TORRE, 2000). Como diria Weffort (2003), “*o populismo [...] é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa que aparece como a imagem desejada para o Estado*” (p. 38; ênfase do autor). Sua legitimidade provém não só da capacidade de representar seus seguidores, mas também da crença desses últimos de que o líder sabe melhor do que ninguém o que eles de fato precisam (FINCHELSTEIN, 2019). Por isso, uma vez eleito, o líder populista sente-se autorizado a agir arbitrariamente, sem a necessidade de realizar consultas ou mediações institucionais significativas, porém sempre em contato com a sua base de apoio, a fim de assegurar a essas pessoas que elas ainda mandam no jogo, enquanto ele exerce o papel de seu “campeão” (URBINATI, 2019b). O populismo, portanto, é um fenômeno político que gira em torno de uma liderança forte, cuja força provém, como sugeriu Weyland (2001), justamente da magnitude do seu apoio popular.

Assim, a figura do líder só faz sentido se houver, por outro lado, um amplo séquito social que o reconheça como tal e lhe sustente. Como já sinalizamos anteriormente, a mobilização política de uma base social expressiva, cuja manifestação difere tanto dos modos tradicionais de articulação de interesses na sociedade civil quanto da ação política institucionalmente mediada pelos partidos, é outro aspecto fundamental do populismo (MÉNY; SUREL, 2002; JANSEN, 2011). Essa mobilização de uma ampla base de apoio significa, na verdade, a articulação de um número suficiente de pessoas em torno da figura de liderança, com disposição para apoiá-la ativamente e capaz de alavanca-la como uma força relevante no jogo político e, sobretudo, eleitoral. Por isso, teóricos mais tradicionais, como Lipset (1960) por exemplo, insistiam em compreender o populismo como um movimento político vinculado a uma determinada base social. Tradicionalmente, era comum que lideranças populistas recorressem

à realização de comícios e manifestações de massa como uma forma de afirmar e demonstrar publicamente a magnitude do seu apoio popular²¹ (WEYLAND, 2017). Assim, ao contrário do que crê Moffitt (2016), parece ser difícil imaginar o populismo sem uma mobilização popular que lhe dê substância, ou seja, um líder populista sem uma base de apoio social. É possível sim imaginar um ator político que utilize uma retórica populista como principal estratégia discursiva e ainda assim não obtenha êxito em arrebatrar e entusiasmar um conjunto significativo de seguidores. Neste caso, estaríamos diante de um *político populista* que simplesmente fracassou em seu empreendimento de efetuar um movimento populista e ganhar algo com isso. O populismo enquanto fenômeno político só se manifesta na medida em que o político populista obtém algum êxito em sua empreitada de mobilização popular, alçando-se, aí sim, a uma reconhecida posição de *liderança populista* na cena política²².

Todo esse esforço – o uso da retórica populista, a mobilização de uma base popular e a ascensão da liderança – é realizado tendo em vista uma finalidade específica: a obtenção e/ou a manutenção do poder político. Os teóricos que abordaram o populismo como uma estratégia política estavam certos em considerar esse *télos*, essa finalidade, como um dos seus aspectos fundamentais (WEYLAND, 2017; BARR, 2019). Aparentemente, essa aspiração de conquistar o poder político marca presença, se não em todas, ao menos em grande parte das experiências relacionadas ao populismo, desde aquelas mais tradicionais e originárias como a norte-americana e a russa²³. Em regimes democráticos, o populismo tem se manifestado primariamente, embora não exclusivamente, como um fenômeno eleitoral²⁴ (ROBERTS, 2006).

²¹ Como também observa Carlos de la Torre: “A política populista é baseada na ação da multidão. Multidões ocupam diretamente espaços públicos para exigir participação e inclusão políticas. Ao mesmo tempo, estas multidões são utilizadas pelos seus líderes para intimidar os adversários. Os comícios de massa tornam-se encenações políticas mediante as quais as pessoas se sentem verdadeiros participantes na cena política” (2000, p. 4).

²² Weffort ilustra bem essa importância da mobilização popular para o reconhecimento social do fenômeno citando um trecho de um editorial da revista *Anhemi*, publicado em 1950 após a vitória de Getúlio. Segundo o autor: “A perplexidade amarga dos liberais vinculados às classes médias tradicionais diante da vitória de Getúlio Vargas em 1950 é muito elucidativa a respeito do caráter explosivo da emergência política das massas: ‘No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos que se tornaram pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada de janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias-charlatão...’” (2003, p. 21).

²³ Sobre o contexto russo, por exemplo, Simon Tormey observa que: “A discussão dos *narodniks* mostrava que o populismo russo surgiu sob um governo autocrático. Na falta de qualquer esquadro legal para opiniões políticas que contestassem o regime, os ativistas usavam – o que era compreensível – a linguagem do povo *versus* elite governante para gerar *momentum* político. A mudança tinha de vir de fora ou de além da monarquia” (2019, p. 36).

²⁴ Por isso, alguns autores acabaram enfatizando a circunstância eleitoral em suas definições. Resnick, por exemplo, compreende o populismo como “uma estratégia eleitoral que visa mobilizar os eleitores para apoiar um determinado partido” e que “depende de um líder carismático que estabeleça vínculos não mediados com uma massa de eleitores desorganizados e marginalizados” (2015, p. 317), enquanto Roberts define-o como a “mobilização política de uma massa de eleitores por líderes personalistas que desafiam as elites estabelecidas” (2006, p. 127).

Todo o processo de articulação e de mobilização é acionado para viabilizar que o líder populista derrote seus “inimigos” nas eleições e assuma o controle do governo em nome do “povo”. Ao chegar ao poder, a liderança populista, devido a fortes constrangimentos institucionais, pode ser forçada a ou, em razão de uma estratégia política sua, pode decidir por mitigar ou abandonar a retórica populista e, eventualmente, conduzir o governo com base em estratégias não populistas; neste caso, o populismo é transitório (WEYLAND, 2001). Todavia, é muito comum que os líderes populistas eleitos continuem a utilizar a retórica populista, como uma estratégia de campanha permanente ou como um modo de representação política, a fim de garantir o apoio popular e manter a plena mobilização do eleitorado durante o interstício eleitoral (ARDITI, 2007; URBINATI, 2019c). E também há circunstâncias em que atores políticos eleitos de outra maneira, por algum cálculo político, acabam decidindo se transformar em lideranças populistas durante o exercício do mandato político em um esforço para se manter no poder²⁵.

Um caso de populismo se torna mais notavelmente reconhecível enquanto tal, e até mesmo mais politicamente alarmante, quanto mais próximo estiver de alcançar o seu propósito específico. É, aliás, por conta da perplexidade e da preocupação provocadas por uma circunstância assim – a iminência de uma liderança populista assumir o poder – que grande parte da atenção pública se vê atraída para o fenômeno do populismo e o assunto passa a dominar as pautas dos debates público e especializado. Tradicionalmente, o populismo tem sido visto como uma ameaça ou um perigo para a democracia (PANIZZA, 2005). Como, afinal, em regimes democráticos competitivos, as eleições ainda são o meio legítimo de seleção das lideranças políticas que irão compor o governo e definir as políticas públicas, e como, em princípio, a retórica populista pode ser empregada para articular o apoio de uma base popular a uma liderança que defenda qualquer tipo de projeto político-ideológico, há sempre o risco, a depender do contexto, de que o populismo seja um recurso eficaz para a condução legítima de sujeitos intolerantes, iliberais e autoritários ao poder²⁶. O populismo geralmente opera, diria Arditi (2005), na fronteira interna da democracia liberal.

²⁵ Por exemplo, segundo Finchelstein (2019), esse foi o caso de líderes como Erdogan, na Turquia, e Thaksin Shinawatra, na Tailândia.

²⁶ Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, esse é o maior risco que as democracias enfrentam hoje. Estamos acostumados a pensar que as democracias perecem mediante golpes de Estado. Mas, os autores fazem questão de alertar que: “há outra maneira de arruinar uma democracia. [...] Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser vistas” (2018, p. 15).

Quando algo assim acontece, tais lideranças populistas procuram usar a força do seu movimento político baseado na mobilização popular e as brechas que encontram no sistema político para distender os limites da democracia e tentar efetuar mudanças nas regras do jogo que muitas vezes implicam, por exemplo, no retrocesso em conquistas fundamentais relacionadas aos direitos de minorias, no avanço do autoritarismo, na intensificação da hostilidade e da intolerância a grupos sociais e de oposição, e na facilitação de sua manutenção no poder. Porém, a experiência também tem mostrado que, embora possam de fato causar estragos à democracia, a extensão e intensidade do prejuízo dependerão ainda, para além da mera vontade dos líderes populistas eleitos, de fatores como, por exemplo, a efetiva capacidade de pressão política da sua base, o seu sucesso na cooptação de outras forças políticas, os níveis de maturidade, autonomia e força de outras instituições do Estado e da sociedade civil para oferecer resistência às intervenções, a capacidade de articulação e mobilização políticas dos grupos de oposição, entre outros aspectos. O risco, no entanto, é real e tem sido fonte de uma profunda preocupação em democracias no mundo todo.

5 PARA CONCLUIR: O ESTILO RETÓRICO POPULISTA

Até aqui, procuramos apresentar uma concepção, digamos, morfológica para o populismo, levando em consideração as discussões precedentes e apontando para aqueles elementos centrais que geralmente nos permitem identificar o fenômeno empiricamente. Nesse trajeto, buscamos ainda fazer uma distinção, assim como Urbinati (2014), entre o estilo retórico populista e o populismo propriamente dito. Como consequência, esta distinção nos permite reconhecer que o uso da retórica populista, embora seja um dos aspectos centrais para a efetivação do fenômeno, por si só não é suficiente para caracterizar o populismo. Para além do uso da retórica populista, o populismo se manifesta como uma espécie de movimento político com base em uma mobilização popular efetiva, articulada discursivamente e estrategicamente por uma liderança para ganhar o controle do governo e/ou para se manter nesta posição. Assim, tentamos demonstrar a relevância da presença de cada um desses aspectos para a identificação do populismo, sem entrar em detalhes, no entanto, a respeito das características que marcam o próprio estilo retórico populista. Agora, pretendemos preencher essa lacuna.

Compreendemos a retórica aqui em um sentido amplo, mais próximo de sua acepção clássica²⁷, que a concebia como a arte de identificar e de empregar os meios discursivos apropriados a cada caso com o fim de persuadir. Nesse sentido, a retórica lida com o processo de construção dos apelos retóricos, os tipos de argumentos, os estilos de linguagem, os modos de expressar, as maneiras de se comunicar, a imagem e a performance do orador, a manipulação dos afetos, enfim, lida com todo o conjunto de ações simbólicas estrategicamente acionadas para alcançar o objetivo determinado (JANSEN, 2011). A própria ideia de persuasão também é propícia aqui, pois persuadir implica tanto um aspecto cognitivo, no sentido de levar alguém a acreditar em ou a aceitar algo, quanto um aspecto atitudinal, no sentido de levar alguém a mudar de atitude em relação a ou a se dispor a fazer algo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Assim, por estilo retórico populista estamos nos referindo a um aparato discursivo específico, isto é, um conjunto de técnicas, elementos e estratégias discursivas que são acionados com as finalidades de, mediante persuasão, articular uma base de apoio popular a uma liderança política e de mobilizar a primeira em benefício da última. Muitos desses aspectos que caracterizam a retórica populista já vêm sendo, em alguma medida, abordados na

²⁷ Essa era a definição de Aristóteles (1355b) para a retórica: “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (1998, p. 95).

bibliografia especializada, de modo que, no que se segue, apresentaremos apenas uma concatenação e sumarização. Vejamos, então, quais são esses elementos.

Polarização e antagonismo radical. Em sociedades democráticas, é natural que uma pluralidade de forças políticas, movidas por interesses e demandas os mais diversos, concorram apropriadamente por espaços de poder. Também é esperado, e até aceitável, que haja algum nível de conflito entre essas forças, nos moldes do que Chantal Mouffe (2000) chamou de agonismo, para se referir àquela situação de antagonismo em que os oponentes ainda se consideram como adversários cuja existência é tolerada, respeitada e considerada como legítima. A estratégia do discurso populista, no entanto, é justamente subverter essas expectativas, criando ou acentuando um clima de polarização social e política e de antagonismo radical (HANDLIN, 2018; MCCOY; RAHMAN; SOMER, 2018; STAVRAKAKIS, 2018). Uma parte central da retórica populista consiste no esforço em convencer discursivamente as pessoas de que os problemas e as angústias sociais que enfrentam resultam fundamentalmente de um conflito radical, no qual elas precisam tomar parte imediatamente, entre duas forças sociais antagônicas: de um lado, o “povo”, apresentado como vítima do menosprezo e da exploração por parte de certas “elites”, que, por isso, estão colocadas do lado oposto. A retórica populista, portanto, é uma retórica do conflito, da rivalidade, do “nós” contra “eles” (SANDERS; HURTADO; ZORAGASTUA, 2017; HALL, 2020; BARROS; LAGO, 2022).

Na grande maioria das vezes, esse antagonismo social adquire também uma fachada moral, nos moldes de uma luta do bem contra o mal, de um embate entre o “povo” simples, porém puro e virtuoso, contra uma “elite” corrupta e nefasta que só lhe prejudica (MÜLLER, 2016; MUDDE; KALTWASSER, 2017). Polarização aqui se refere a esse processo discursivo de simplificação radical das estruturas sociais, resumindo-as a dois grupos em lados opostos, o que leva as pessoas a perceberem a realidade política em termos de uma luta entre “nós” contra “eles” e que pode impactar também no aprofundamento do distanciamento ideológico entre partidos e candidatos (HANDLIN, 2018; MCCOY; RAHMAN; SOMER, 2018). O antagonismo radical, por sua vez, diz respeito ao esforço discursivo de provocar um crescente acirramento do conflito social a ponto de transformar adversários legítimos em inimigos mortais que, em última instância, devem ser eliminados. Nesse caso, a estratégia consiste em transformar uma situação de confronto agonístico, típica de sociedades liberais e pluralistas, em uma situação de confronto antagônico, para usar o jargão de Mouffe (2000, 2014)²⁸, em um

²⁸ Segundo Mouffe: “o confronto agonístico é diferente do antagônico, não porque permite um possível consenso, mas porque o oponente não é considerado como um inimigo a ser destruído, mas como um adversário cuja existência

ambiente social polarizado. As duas estratégias discursivas são levadas a cabo tendo como ponto de partida um lugar-comum²⁹, antigo na política, referente à oposição entre governantes e governados, entre um povo simples e justo e uma elite auto interessada e corrupta. O resultado disso, além da motivação para agir decorrente do acirramento do conflito, é a articulação de uma série de demandas insatisfeitas e de uma identidade coletiva em torno de uma certa ideia do “povo”, em oposição a uma “elite” ou a grupo sociais, acusados de frustrar seus interesses (LACLAU, 2005b; MCCOY; RAHMAN; SOMER, 2018).

Construção discursiva do "nós" (o "povo"). De fato, nem o “povo” nem a “elite” aos quais o populista se refere existem naturalmente como uma realidade objetiva dada, mas apenas enquanto entidades construídas e reforçadas discursivamente e que se definem mutuamente (MCGEE, 1975; BARROS; LAGO, 2022). No interior da teoria democrática, por exemplo, há quem considere essa categoria “o povo” como uma expressão indeterminada que funciona, na verdade, como uma referência ideal para guiar o processo legislativo e como fonte secular da legitimidade do poder político, dado que, na prática, as sociedades pluralistas são constituídas por indivíduos e grupos com interesses diversos e conflitantes em disputa pelo poder (MCGEE, 1975; ESPEJO, 2017). Nada impede, naturalmente, que a expressão seja empregada retoricamente para se referir, de modo genérico, ao conjunto de cidadãos de uma determinada comunidade política ou aos habitantes de uma nação. Também não é essa a questão aqui. O que caracteriza a retórica populista é o esforço discursivo para construir e disseminar certa concepção restrita do “povo” mediante a qual uma parte da população se apropria simbolicamente do todo (ESPEJO, 2017; PANIZZA, 2017). Por isso, a categoria “povo”, no discurso populista, não tem de fato um conteúdo comum predeterminado, mas é preenchido a cada caso, podendo variar o seu referente em cada circunstância política ou contexto sociocultural. A estratégia da retórica populista, portanto, consiste em tomar uma parte da

é percebida como legítima. Suas ideias serão combatidas com vigor, mas seu direito de defendê-las nunca será questionado” (2014, p. 150–151).

²⁹ Na retórica clássica, o lugar-comum pode ser compreendido como um esquema lógico-discursivo sem conteúdo determinado que modela a argumentação. Contemporaneamente, os lugares-comuns são concebidos não apenas como esquemas lógicos que subjazem ao discurso, mas também como modelos de relações aos quais se adaptam diversos conteúdos, como reserva de estereótipos, de temas consagrados, enfim, como premissas difundidas e relativamente aceitas socialmente que servem como ponto de partida para a formulação de apelos e argumentos retóricos (AMOSSY, 2018). Uma característica fundamental do lugar-comum é que ele não possui um conteúdo determinado, podendo ser apropriado e aplicado a diversos contextos e situações. No caso da retórica populista, o lugar-comum em questão se baseia no modelo de relação amigo-inimigo que, segundo Carl Schmitt (2007), caracteriza o próprio fundamento do político. Também Aristóteles, na *Retórica*, ao falar do gênero epidítico, que trata do elogio e do seu contrário, a censura ou reprovação, sugere como um lugar-comum a ideia de que o homem simples é honesto, assim como a ideia oposta de que seria desonesto aquele que não leva uma vida simples. E, como vimos, essa percepção de um elemento de tensão entre povo e elite já permeava o imaginário dos cidadãos atenienses na antiguidade, tendo perdurado ao longo de toda a história. Todos esses aspectos constituem o lugar-comum do qual parte o discurso populista.

população como a única e verdadeira personificação do povo, como os legítimos portadores da soberania popular que, por direito, deveriam estar no poder, que lhe foi usurpado.

Além disso, o “povo”, na retórica populista, é representado como uma entidade homogênea, monolítica e coesa, como um grupo social moralmente superior aos demais e como vítima do desprezo, das mazelas e da exploração por parte das elites e, eventualmente, de outros grupos sociais. O propósito desse artifício retórico é constituir e fornecer discursivamente uma espécie de identidade coletiva capaz de agregar e de articular, sob uma mesma categoria, um conjunto significativo de indivíduos e grupos socialmente insatisfeitos, até então relativamente dispersos, fornecendo-lhes uma unidade e um objetivo coletivos (LACLAU, 2005b; OSTIGUY, 2017). É por meio desse processo de identificação que geralmente as pessoas passam a dar mais sentido a suas ações políticas, passam a definir melhor quem elas são e o que querem, como se percebem e como devem se posicionar em relação aos outros (PANIZZA, 2017). Esse “povo” construído retoricamente adquire, no entanto, realidade objetiva na medida em que a audiência compra esse discurso e decide participar dessa espécie de “fantasia coletiva” (MCGEE, 1975). Aqui, portanto, é onde se inicia o esforço discursivo para a articulação de uma base de apoio popular que irá conformar o populismo.

Construção discursiva do “inimigo” (antielitismo, anti-institucionalismo, anti-sistema e mais). Na retórica populista, o acirramento do conflito sociopolítico tem um papel fundamental e isso envolve, naturalmente, a designação de um “inimigo do povo”. Esse processo de construção de um “inimigo” não se baseia simplesmente no reconhecimento da existência de interesses opostos numa situação de competição pelo poder, mas sobretudo na caracterização do “outro” como um ser vil, abjeto, ilegítimo, imoral, egoísta, cuja existência e protagonismo sociopolítico representariam um perigo real para os ideais do “povo” e um empecilho concreto para as suas conquistas e realizações (ROSANVALLON, 2021). Considera-se, em geral, que os interesses do “povo” e de seu “inimigo” são irreconciliáveis, cabendo ao primeiro a “nobre” tarefa de unir forças e *agir* para derrotar o segundo e tomar-lhe o controle do poder político, pois só assim poderá reverter a sua condição. O que está em jogo aqui, na verdade, é a construção de um artifício retórico que funcione como um mecanismo de ativação, no sentido de servir como um meio para estimular o engajamento e a mobilização da base de apoio popular, cada vez mais articulada em torno de uma identidade coletiva com um mesmo objetivo, a saber, derrotar um inimigo comum.

A forma mais comum de representação do “inimigo do povo” é o antielitismo. Como vimos, no discurso populista, as elites são representadas como grupos sociais corruptos,

incompetentes e auto interessados, que se colocam acima dos cidadãos comuns e se comportam de modo alheio à realidade e a vontade do “povo”. Normalmente, os ataques são direcionados principalmente às chamadas elites política e econômica, mas também não é incomum que ocorram ataques a outros grupos sociais que representem as elites intelectual, cultural e midiática (BLASSNIG et al., 2018). No entanto, é preciso ter em mente que, no caso da retórica populista, não estamos lidando com categorias sociológicas e sim políticas, o que significa dizer que, assim como no caso do “povo”, aquilo que se entende como sendo uma dada “elite” é discursivamente determinado a cada caso (BARROS; LAGO, 2022). Ademais, o “inimigo” pode se apresentar também na forma de um anti-institucionalismo, com ataques e acusações sendo proferidos contra algumas das instituições democráticas, como, por exemplo, o jornalismo profissional, os partidos políticos, as universidades ou as cortes de justiça (FINCHELSTEIN, 2019). Além disso, o “inimigo do povo” pode se referir também a certos grupos sociais minoritários ou vulneráveis, que precisam ser rapidamente combatidos e excluídos da sociedade, posto que a sua presença e seus ideais ameaçariam diretamente os valores e os direitos do “povo” autêntico (ENGESSER; FAWZI; LARSSON, 2017). Com a designação do “inimigo” e o acirramento do conflito político, portanto, se inicia o esforço discursivo para a mobilização da base de apoio popular.

O contexto de crise e as atitudes do público. Em retórica, costuma-se dizer que um discurso tem maior chance de conquistar a adesão do público quando é construído com base em premissas que já são compartilhadas pela audiência. Assim, sem a existência de uma situação de crise que venha a impactar diretamente o relacionamento entre representantes e representados, sem que o contexto sociopolítico favoreça a percepção social de que a elite política “convencional” já não consegue mais dar conta de propor soluções aos problemas que dizem respeito aos cidadãos, é pouco provável que o discurso populista ganhe força persuasiva e conquiste adesão suficiente (MOFFITT, 2016; TORMEY, 2019). Um contexto como o de uma crise econômica, reforçada por questões como o aumento do desemprego, o descontrole da inflação, o aprofundamento da desigualdade social, a sensação de insegurança econômica e as pressões do mercado globalizado, é um fator que contribui para a efetividade da retórica populista (INGLEHART; NORRIS, 2016; RODRIK, 2018). Assim como são favoráveis ao discurso populista situações de crise de legitimidade política, em razão, por exemplo, do aumento da percepção social de corrupção generalizada, da desconfiança nas instituições políticas, do descontentamento com o desempenho e com as entregas do governo e da classe política (KITSCHOLT, 2002; HAWKINS; READ; PAUWELS, 2017; IBSSEN, 2018). Além

disso, o contexto de uma reação cultural movida por setores mais conservadores da sociedade contra o avanço dos valores progressistas, o multiculturalismo, o cosmopolitismo, a agenda de grupos identitários e a presença de imigrantes também tem se mostrado um terreno fértil para a proliferação da retórica populista (NORRIS; INGLEHART, 2019). Todos os insumos oferecidos por esses contextos são convenientemente apropriados pelo discurso populista e, muitas vezes, até mesmo acentuados ou distorcidos retoricamente mediante o recurso à disseminação de teorias da conspiração e de informações falsas (HAMZAWY, 2018; EATWELL; GOODWIN, 2019). Um ponto crucial da estratégia retórica populista é convencer as pessoas de que existe uma situação de crise que requer uma mudança radical de rumo, um novo modo de fazer política e uma nova liderança (TORMEY, 2019).

No nível individual, alguns pesquisadores têm procurado investigar, por meio de *surveys*, se as pessoas, de um modo geral, sustentam atitudes populistas, isto é, concordam previamente com um conjunto de crenças normalmente associadas ao populismo, e em que medida isso poderia influenciar em sua decisão de voto a favor de um partido ou candidato populista (AKKERMAN; MUDDE; ZASLOVE, 2014; HAMELEERS; DE VREESE, 2018; SILVA et al., 2019). Os resultados desses estudos têm apontado que, embora a maioria das pessoas possa até concordar, ao menos moderadamente, com as afirmações populistas acerca a natureza do povo, da elite e do conflito fundamental entre os dois, nem sempre elas estão dispostas a apoiar eleitoralmente políticos ou partidos populistas, sugerindo assim que as atitudes populistas dessas pessoas funcionam, na verdade, como uma disposição latente que precisa de mecanismos apropriados para ser ativada (HAWKINS; ROVIRA KALTWASSER, 2019). Assim, a maioria das pessoas precisam se encontrar diante de um contexto de crise e de um discurso interpretativo da situação para que seja provável e pareça sensato a ativação de suas atitudes populistas, o que, por sua vez, poderá influenciar nos processos de persuasão e de adesão dessas pessoas a uma base eleitoral populista (KALTWASSER, 2016; SILVA, 2019).

Ressentimento e apelo às emoções. A retórica populista geralmente está mais comprometida com a persuasão mediante a produção de declarações baseadas em cálculos psicológicos do que em algum esforço de convencimento racional (ADORNO, 2018). É sobretudo uma retórica direcionada a ampliar e mobilizar o estoque social de ressentimento popular (BETZ, 2002; DA SILVA; VIEIRA, 2018; VAN KRIEKEN, 2019). Normalmente, o ressentimento é entendido como um sentimento moral relacionado à sensação de injustiça, uma espécie de repositório de mágoas que o indivíduo vai acumulando dentro de si, ao longo do tempo, toda a vez que se sente insultado, afrontado ou injustiçado. O ressentimento pode estar

relacionado, por exemplo, à sensação desagradável de que alguém ou algum grupo está desfrutando de privilégios de uma maneira indevida e desigual (DEMERTZIS, 2006). A retórica populista procura apelar para esse tipo de sentimento com o intuito de aflorá-lo e usá-lo a seu favor, na medida em que oferece a essas pessoas um sentido, uma direção e uma saída redentora para suas angústias. O ressentimento, contudo, não é o único sentimento mobilizado. De modo semelhante, e a depender do contexto, o discurso populista também busca explorar outras emoções correlatas tais como a indignação, a inveja, o medo, a ansiedade, a raiva, o rancor, a frustração, o ódio e os sentimentos de privação e de impotência, todos estrategicamente canalizados em direção aos “inimigos do povo” (SKONIECZNY, 2018).

Pretensão de representação (representative claim). Colocado de maneira simples, uma reivindicação ou pretensão de representação (*a representative claim*) é uma construção discursiva mediante a qual um ator político se apresenta publicamente como o representante de um grupo social perante uma audiência. Parte da premissa de que a representação política é também resultado de um processo discursivo, fluído e disputado, no qual diferentes atores políticos alegam representar certos grupos sociais, que por sua vez podem vir a reconhecer ou não essa pretensão de representação. Assim, qualquer ator político pode construir discursivamente uma reivindicação de representação, mas efetivamente só há representação na medida em que as pessoas concernidas ratificam a legitimidade de tal reivindicação³⁰ (SAWARD, 2010; HEINISCH; WERNER, 2019). Na retórica populista, o ator político se apresenta publicamente, perante a comunidade política, como o autêntico representante daquele “povo” que ajudou a construir e a articular discursivamente. E o reconhecimento dessa reivindicação envolve justamente um processo de identificação do “povo” com esse ator político populista (MCGEE, 1975; ADORNO, 2018).

Por isso, as estratégias de construção da imagem do ator populista e sua performance diante do público são aspectos fundamentais aqui. Antes de tudo, o ator político precisa parecer e aparecer como alguém organicamente pertencente ao próprio “povo” e completamente desvinculado de qualquer grupo que represente o “inimigo”, ainda que, de fato, seja justamente o contrário. Além disso, as pessoas precisam enxergar o ator político como portador de qualidades excepcionais, como alguém de caráter extraordinário, forte, inspirador, visionário, honesto, verdadeiro, que compreende melhor que ninguém as angústias do “povo” e que é capaz

³⁰ Aparentemente, Guasti e Almeida (2019) preferem considerar o tipo de reivindicação de representação populista como uma “*claim of misrepresentation*”, que, segundo as autoras, envolve basicamente três atos: o ator político apresenta uma nova reivindicação (1) ao questionar a existência do vínculo entre os atuais representantes e os representados em disputa, (2) ao identificar as razões de uma representação deturpada atacando as políticas públicas existentes e, algumas vezes, (3) ao se colocar como um novo representante. Da nossa parte, parece que os dois primeiros atos já foram considerados nos lances discursivos apresentados anteriormente e o terceiro não deixa de ser, em alguma medida, uma *representative claim*.

de fazer o que for necessário para resolver essa condição, e ao mesmo tempo como uma autêntica pessoa do “povo”, como alguém que possui, de forma claramente marcada, as qualidades típicas das pessoas envolvidas, como alguém que pensa, age, fala e sofre como elas mesmas (MOFFITT, 2016; MONTGOMERY, 2017; LACATUS; MEIBAUER, 2022). Em suma, o ator político precisa ser visto como um exemplar do próprio grupo. E isso casa perfeitamente com a proposta de “política redentora” que a retórica populista costuma vender, na qual o ator político se apresenta como aquele capaz de salvar o povo da condição de desprezo e exploração em que se encontra e de restaurar, mais uma vez, os seus valores na sociedade (TORMEY, 2019). Ao lado da articulação da base de apoio, mediante a construção discursiva do “povo”, e da sua mobilização, por meio do acirramento do conflito político e das emoções, a apresentação do ator político como a autêntica representação do “povo” é parte fundamental da retórica populista, pois é nesse processo que ocorre a articulação da base de apoio popular com a liderança populista.

Comunicação direta, personalismo, simplificação e transgressão. Um dos traços característicos do estilo de comunicação populista é a sua aversão às instâncias e aos agentes sociais de intermediação e aos processos de controle, filtragem e checagem das informações implicados nesses ambientes. Por isso, o ator político que adota uma retórica populista tende a buscar meios de estabelecer uma comunicação mais direta e uma relação mais personalista possível com a sua base de apoio popular (WEYLAND, 2001). O processo de consolidação da identificação entre o “povo” e o ator populista depende, em certa medida, dessa demonstração de proximidade e de conexão íntima e intensa entre ambos. Isso também requer uma adequação dos estilos de linguagem e de comportamento. Em geral, a retórica populista adota uma linguagem e um comportamento transgressores, considerados como fora dos padrões “convencionais” do campo político. Recorrem, por exemplo, ao uso da linguagem coloquial ou popular, com o emprego de gírias, expressões folclóricas ou metáforas, e tendem a se comportarem, a se vestirem e demonstrar gostos segundo padrões culturalmente mais populares (OSTIGUY, 2017). Algumas vezes, podem até adotar comportamentos que assustam, chocam ou estabelecem uma confrontação e utilizar uma linguagem grosseira, brutal e cheia de ódio (TORMEY, 2019). Todos esses aspectos, no entanto, são estrategicamente acionados com o intuito realizar essa aproximação e identificação entre as pessoas e o ator político populista. Além disso, não é uma preocupação do estilo retórico populista dar a devida atenção e tratamento racional às questões políticas complexas e intrincadas que afetam a sociedade. Ao contrário, parte de sua estratégia consiste em tratar essas questões de maneira simplificada e

superficial, e fazer parecer que as soluções, por serem mais simples ainda, dependeriam apenas de vontade política, ainda que, muitas vezes, tais soluções oferecidas por esses atores soem como propostas radicais, imorais ou absurdas.

Esses, portanto, são os aspectos discursivos que, em seu conjunto, caracterizam o estilo retórico populista e que podem ser acionados, em maior ou menor grau, por um ator político com o propósito de articular uma base de apoio popular, mobilizá-la e, com isso, tentar vencer as eleições. Ao falar dessa maneira, contudo, pode parecer que o acionamento e o desenvolvimento desses elementos sejam de responsabilidade de um único agente, mas isso não é o caso. De fato, o ator político populista acaba tendo que assumir certo protagonismo no processo discursivo, sendo ele o principal disseminador e beneficiário desse discurso. No entanto, todo o processo de construção discursiva, de definição de seu conteúdo, não é realizado de forma estritamente vertical, mas em constante negociação com e adequação ao contexto e às expectativas da base de apoio que se pretende alcançar. Além disso, no processo de disseminação desse discurso, nada impede que o ator político conte com o auxílio de outros atores políticos, equipes profissionais, agentes sociais e até mesmo da própria base de apoio consolidada para a sua propagação, desde que os efeitos práticos disso sejam convertidos principalmente, mas não exclusivamente, em seu benefício.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **A psicanálise da adesão ao fascismo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- AKKERMAN, A.; MUDDE, C.; ZASLOVE, A. How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters. **Comparative political studies**, v. 47, n. 9, p. 1324–1353, 2014.
- ALLCOCK, J. B. “Populism”: A Brief Biography. **Sociology**, v. 5, n. 3, p. 371–387, 1971.
- ALTHUSSER, L. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. New York: Monthly Review Press, 1971.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ARATO, A. **Post sovereign constitution making: learning and legitimacy**. [s.l.] Oxford University Press, 2016.
- ARATO, A.; COHEN, J. L. Civil society, populism, and religion. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **Routledge handbook of global populism**. New York: Routledge, 2019. p. 98–112.
- ARDITI, B. Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics. In: PANIZZA, F. (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005. p. 72–98.
- ARDITI, B. **Politics on the edges of liberalism: Difference, populism, revolution, agitation**. [s.l.] Edinburgh University Press, 2007.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- ASLANIDIS, P. Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective. **Political Studies**, v. 64, n. 1_suppl, p. 88–104, 5 abr. 2016. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-9248.12224>>.
- BARR, R. R. Populists, outsiders and anti-establishment politics. **party politics**, v. 15, n. 1, p. 29–48, 2009.
- BARR, R. R. **The Resurgence of Populism in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 2017.
- BARR, R. R. Populism as political strategy. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **Routledge handbook of global populism**. New York: Routledge, 2019. p. 44–56.
- BARROS, T. Z. de; LAGO, M. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENFORD, R. D. An insider’s critique of the social movement framing perspective. **Sociological inquiry**, v. 67, n. 4, p. 409–430, 1997.
- BETZ, H.-G. Conditions Favouring the Success and Failure of Radical Right-Wing Populist Parties in Contemporary Democracies. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Ed.). **Democracies and the Populist Challenge**. New York: Palgrave, 2002. p. 197–213.
- BIMES, T.; MULROY, Q. The rise and decline of presidential populism. **Studies in American Political Development**, v. 18, n. 2, p. 136–159, 2004.
- BLASSNIG, S. et al. Populist communication in talk shows and social media. A comparative content analysis in four countries. **Studies in Communication | Media**, v. 7, n. 3, p. 338–363, 2018.

- BONIKOWSKI, B.; GIDRON, N. The populist style in American politics: Presidential campaign discourse, 1952–1996. **Social Forces**, v. 94, n. 4, p. 1593–1621, 2016.
- BRUBAKER, R. Why populism? In: FITZI, G.; MACKERT, J.; TURNER, B. S. (Ed.). **Populism and the Crisis of Democracy: Concepts and Theory**. New York: Routledge, 2019. p. 27–46.
- CAIANI, M.; DELLA PORTA, D. The elitist populism of the extreme right: A frame analysis of extreme right-wing discourses in Italy and Germany. **Acta Politica**, v. 46, n. 2, p. 180–202, 28 abr. 2011. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1057/ap.2010.28>>.
- CAMERON, D. R. Toward a theory of political mobilization. **The Journal of Politics**, v. 36, n. 1, p. 138–171, 1974.
- CANOVAN, M. **Populism**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.
- CANOVAN, M. ‘People’, Politicians and Populism. **Government and Opposition**, v. 19, n. 3, p. 312–327, 1984.
- CANOVAN, M. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, v. 47, n. 1, p. 2–16, 24 mar. 1999. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-9248.00184>>.
- CANOVAN, M. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and Development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CASULLO, M. E. **¿Por qué funciona el populismo? el discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019.
- CERVI, E. U. As sete vidas do populismo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 151–156, 2001.
- COLLIER, D.; MAHON, J. E. Conceptual “stretching” revisited: Adapting categories in comparative analysis. **American Political Science Review**, v. 87, n. 4, p. 845–855, 1993.
- COLLIOT-THÉLÈNE, C. Populism as a conceptual problem. In: FITZI, G.; MACKERT, J.; TURNER, B. S. (Ed.). **Populism and the Crisis of Democracy: Concepts and Theory**. New York: Routledge, 2019. p. 17–26.
- DA SILVA, F. C.; VIEIRA, M. B. Populism as a logic of political action. **European Journal of Social Theory**, abr. 2018. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431018762540>>.
- DAHL, R. A. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: The Chicago University Press, 1956.
- DAI, Y.; KUSTOV, A. When do politicians use populist rhetoric? Populism as a campaign gamble. **Political Communication**, v. 39, n. 3, p. 383–404, 2022.
- DE LA TORRE, C. **Populist seduction in Latin America : the Ecuadorian experience**. Ohio: Ohio University Press, 2000.
- DE LA TORRE, C. Populism and the politics of the extraordinary in Latin America. **Journal of Political ideologies**, v. 21, n. 2, p. 121–139, 2016.
- DE LA TORRE, C. Populism in Latin America. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017a.

- DE LA TORRE, C. Populism and nationalism in Latin America. **Javnost**, v. 24, n. 4, p. 375–390, 2017b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13183222.2017.1330731>>.
- DEEGAN-KRAUSE, K.; HAUGHTON, T. Toward a more useful conceptualization of populism: Types and degrees of populist appeals in the case of Slovakia. **Politics & Policy**, v. 37, n. 4, p. 821–841, 2009.
- DEMERTZIS, N. Emotions and populism. In: **Emotion, politics and society**. [s.l.] Springer, 2006. p. 103–122.
- DI TELLA, T. S. Populismo y reformismo. In: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. (Ed.). **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. Ciudad de México: Era S.A., 1973.
- DIANI, M. The concept of social movement. **The sociological review**, v. 40, n. 1, p. 1–25, 1992.
- EATWELL, R. Populism and fascism. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Porto Salvo: Saída de Emergência, 2019.
- ELLNER, S. The contrasting variants of the populism of Hugo Chávez and Alberto Fujimori. **Journal of Latin American Studies**, p. 139–162, 2003.
- ENGESSER, S.; FAWZI, N.; LARSSON, A. O. Populist online communication: introduction to the special issue. **Information Communication and Society**, v. 20, n. 9, p. 1279–1292, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1328525>>.
- ESPEJO, P. O. Populism and the idea of the people. In: KALTWASSER, C. R. et al. (Ed.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- FIESCHI, C. Introduction. **Journal of Political Ideologies**, v. 9, n. 3, p. 235–240, 1 out. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1356931042000263492>>.
- FINCHELSTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.
- FREEDEN, M. Is nationalism a distinct ideology? **Political studies**, v. 46, n. 4, p. 748–765, 1998.
- FREEDEN, M. After the Brexit referendum: revisiting populism as an ideology. **Journal of Political Ideologies**, v. 22, n. 1, p. 1–11, 2017.
- GERMANI, G. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. (Ed.). **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. Ciudad de México: Era S.A., 1973.
- GOERTZ, G. **Social Science Concepts: A User's Guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- GOMES, A. de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 31–58, 1996.
- GUASTI, P.; DE ALMEIDA, D. R. Claims of misrepresentation: A comparison of Germany and Brazil. **Politics and Governance**, v. 7, n. 3, p. 152–164, 2019.
- HALL, J. In search of enemies: Donald Trump's populist foreign policy rhetoric. **Politics**, v. 41, n. 1, p. 48–63, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0263395720935377>>.
- HAMELEERS, M.; DE VREESE, C. H. To whom are “the people” opposed?

- Conceptualizing and measuring citizens' populist attitudes as a multidimensional construct. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 0, n. 0, p. 1–20, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17457289.2018.1532434>>.
- HAMZAWY, A. Conspiracy theories and populist narratives. **Philosophy & Social Criticism**, v. 44, n. 4, p. 491–504, 2018.
- HANDLIN, S. The Logic of Polarizing Populism: State Crises and Polarization in South America. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 75–91, 2018.
- HAWKINS, K. A. **Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- HAWKINS, K. A.; READ, M.; PAUWELS, T. Populism and its cause. In: KALTWASSER, C. R. et al. (Ed.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- HAWKINS, K. A.; ROVIRA KALTWASSER, C. Introduction: The ideational approach. In: KIRK A. HAWKINS et al. (Ed.). **The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis**. New York: Routledge, 2019. p. 1–24.
- HEINISCH, R.; WERNER, A. Who do populist radical right parties stand for? Representative claims, claim acceptance and descriptive representation in the Austrian FPÖ and German AfD. **Representation**, v. 55, n. 4, p. 475–492, 2019.
- HELD, D. **Models of Democracy**. Cambridge: Polity Press, 2006.
- HIRVONEN, O.; PENNANEN, J. Populism as a pathological form of politics of recognition. **European Journal of Social Theory**, v. 22, n. 1, p. 27–44, 2019.
- IANNI, O. Populismo y relaciones de clase. In: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. (Ed.). **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. Ciudad de México: Era S.A., 1973.
- IBSEN, M. F. The Populist Conjuncture: Legitimation Crisis in the Age of Globalized Capitalism. **Political Studies**, p. 003232171881031, 2018.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. **Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash**HKS Working Paper. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2818659>>.
- IONESCU, G.; GELLNER, E. (ed.). **Populism: Its Meanings and National Characteristics**. Hertfordshire: The Garden City Press ltd, 1969.
- JAGERS, J.; WALGRAVE, S. Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. **European Journal of Political Research**, v. 46, n. 3, p. 319–345, 2007.
- JANSEN, R. S. Populist mobilization: A new theoretical approach to populism. **Sociological theory**, v. 29, n. 2, p. 75–96, 2011.
- JONES, P. K. Insights from the infamous: Recovering the social- theoretical first phase of populism studies. **European Journal of Social Theory**, p. 1–19, 31 maio 2018. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431018772507>>.
- KALTWASSER, C. R. The ambivalence of populism: threat and corrective for democracy. **Democratization**, v. 19, n. 2, p. 184–208, 2012.
- KALTWASSER, C. R. **Explicando el populismo**. Disponível em: <<https://agendapublica.elpais.com/noticia/15774/explicando-populismo#menu-toggle>>.

- KAZIN, M. **The populist persuasion : an American history**. Ithaca: Cornell University Press, 2017.
- KELLY, D. Populism and the history of popular sovereignty. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KITSCHOLT, H. Popular dissatisfaction with democracy: populism and party systems. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Ed.). **Democracies and the Populist Challenge**. New York: Palgrave, 2002. p. 179–196.
- KNIGHT, A. Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico. **Journal of Latin American Studies**, v. 30, n. 2, p. 223–248, 1998.
- KORNHAUSER, W. **Politics of mass society**. Glencoe: The Free Press, 1959.
- LACATUS, C.; MEIBAUER, G. ‘Saying it like it is’: Right-wing populism, international politics, and the performance of authenticity. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 24, n. 3, p. 437–457, 2022.
- LACLAU, E. **Politics and ideology in Marxist theory: capitalism, fascism, populism**. London: NLB, 1977.
- LACLAU, E. Politics, polemics and academics: An interview by Paul Bowman. **Parallax**, v. 5, n. 2, p. 93–107, 1999.
- LACLAU, E. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005a.
- LACLAU, E. Populism: what’s in a name? In: PANIZZA, F. (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005b. p. 32–49.
- LACLAU, E. Why constructing a people is the main task of radical politics. **Critical inquiry**, v. 32, n. 4, p. 646–680, 2006.
- LEE, M. J. The populist chameleon: The people’s party, Huey Long, George Wallace, and the populist argumentative frame. **Quarterly Journal of Speech**, v. 92, n. 4, p. 355–378, 2006.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LEWIS, P.; CLARKE, S.; BARR, C. **Theresa May’s Rhetoric can be as populist as Trump’s**.
- LIPSET, S. M. **Political man: the social bases of politics**. New York: Doubleday & Company, 1960.
- LOVE, G. J.; WINDSOR, L. C. Populism and Popular Support: Vertical Accountability, Exogenous Events, and Leader Discourse in Venezuela. **Political Research Quarterly**, v. 71, n. 3, p. 532–545, 2018.
- MACKERT, J. Is there such a thing as populism? In: FITZI, G.; MACKERT, J.; BRYAN S. TURNER (Ed.). **Populism and the Crisis of Democracy: Concepts and Theory**. New York: Routledge, 2019. p. 1–13.
- MACRAE, D. Populism as an ideology. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (Ed.). **Populism: Its Meanings and National Characteristics**. Hertfordshire: The Garden City Press ltd, 1969. p. 153–165.
- MANSBRIDGE, J.; MACEDO, S. Populism and democratic theory. **Annual Review of Law and Social Science**, v. 15, p. 59–77, 2019.
- MANUCCI, L.; WEBER, E. Why The Big Picture Matters: Political and Media Populism in Western Europe since the 1970s. **Swiss Political Science Review**, v. 23, n. 4, p. 313–334,

2017.

MARCH, L. From vanguard of the proletariat to vox populi: Left-populism as a 'shadow' of contemporary socialism. **SAIS Review of International Affairs**, v. 27, n. 1, p. 63–77, 2007.

MAZZOLENI, G. Populism and the media. In: ALBERTAZZI, D.; MCDONNELL, D. (Ed.). **Twenty-first century populism: the Spectre of Western European Democracy**. Basingstoke: Palgrave, 2008. p. 49–63.

MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 16–42, 2018.

MCDONNELL, D. Silvio berlusconi's personal parties: from Forza Italia to the Popolo Della Liberta. **Political Studies**, v. 61, n. 1_suppl, p. 217–233, 2013.

MC GEE, M. C. In search of 'the people': A rhetorical alternative. **Quarterly journal of Speech**, v. 61, n. 3, p. 235–249, 1975.

MÉNY, Y.; SUREL, Y. The constitutive ambiguity of populism. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Ed.). **Democracies and the populist challenge**. New York: Palgrave, 2002. p. 1–21.

MINOGUE, K. Populism as a political movement. In: IONESCU, G.; ERNEST GELLNER (Ed.). **Populism: Its Meanings and National Characteristics**. Hertfordshire: The Garden City Press ltd, 1969. p. 197–211.

MOFFITT, B. **The global rise of populism: performance, political style, and representation**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MOFFITT, B. Transnational populism? Representative claims, media and the difficulty of constructing a transnational "people". **Javnost**, v. 24, n. 4, p. 409–425, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13183222.2017.1330086>>.

MOFFITT, B.; TORMEY, S. Rethinking populism: Politics, mediatisation and political style. **Political Studies**, v. 62, n. 2, p. 381–397, 2014.

MONTGOMERY, M. Post-truth politics? Authenticity, populism and the electoral discourses of Donald Trump. **Journal of Language and Politics**, v. 16, n. 4, p. 619–639, 2017.

MOUFFE, C. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.

MOUFFE, C. By way of a postscript. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 149–157, 2014.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, C. The populist zeitgeist. **Government and opposition**, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004.

MUDDE, C. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, C. **To deserve our respect, politicians must drop their populist rhetoric**.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism: A very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, J.-W. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MUSSI, D.; CRUZ, A. K. V. Os populismos de Francisco Weffort. **Revista Brasileira de**

Ciências Sociais, v. 35, n. 104, p. 1–21, 2020.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. New York: Cambridge University Press, 2019.

O'DONNELL, G. A. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics**. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1973.

OBERSCHALL, A. **Social conflict and social movements**. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1973.

OSTIGUY, P. **The high and the low in politics: a two-dimensional political space for comparative analysis and electoral studies**. Notre Dame: Kellogg Institute, 2009. . Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/360_0.pdf>.

OSTIGUY, P. Populism: a socio-cultural approach. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

OSTIGUY, P.; ROBERTS, K. M. Putting Trump in comparative perspective: Populism and the politicization of the sociocultural law. **Brown J. World Aff.**, v. 23, p. 25, 2016.

PANIZZA, F. Introduction: Populism and the Mirror of Democracy. In: PANIZZA, F. (Ed.). **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, 2005. p. 1–31.

PANIZZA, F. Populism and identification. In: KALTWASSER, C. R. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PAPPAS, T. S. **Populism and liberal democracy: a comparative and theoretical analysis**. New York: Oxford University Press, 2019.

PASQUINO, G. Mobilização. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Ed.). **Dicionário de Política I**. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 765–766.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLATTNER, M. F. Democracy's Past and Future: Populism, Pluralism, and Liberal Democracy. **Journal of Democracy**, v. 21, n. 1, p. 81–92, 2010.

PURVIS, T.; HUNT, A. Discourse, ideology, discourse, ideology, discourse, ideology... **British Journal of Sociology**, p. 473–499, 1993.

RAMIRO, L.; GOMEZ, R. Radical-Left Populism during the Great Recession: Podemos and Its Competition with the Established Radical Left. **Political Studies**, v. 65, n. 1_suppl, p. 108–126, 2017.

RESNICK, D. Varieties of African populism in comparative perspective. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **The promise and perils of populism: Global perspectives**. Lexington: University Press of Kentucky, 2015. p. 317–348.

ROBERTS, K. M. Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America: the Peruvian case. **World politics**, p. 82–116, 1995.

ROBERTS, K. M. Social correlates of party system demise and populist resurgence in Venezuela. **Latin American politics and society**, v. 45, n. 3, p. 35–57, 2003.

ROBERTS, K. M. Populism, political conflict, and grass-roots organization in Latin America. **Comparative Politics**, p. 127–148, 2006.

ROBERTS, K. M. Latin America's populist revival. **SAIS Review of International Affairs**,

v. 27, n. 1, p. 3–15, 2007.

RODRIK, D. Populism and the economics of globalization. **Journal of international business policy**, v. 1, p. 12–33, 2018.

ROODUIJN, M. The nucleus of populism: In search of the lowest common denominator. **Government and Opposition**, v. 49, n. 4, p. 573–599, 2014.

ROODUIJN, M.; DE LANGE, S. L.; VAN DER BRUG, W. A populist Zeitgeist? Programmatic contagion by populist parties in Western Europe. **Party politics**, v. 20, n. 4, p. 563–575, 2014.

ROSANVALLON, P. **Counter-democracy: Politics in an age of distrust**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ROSANVALLON, P. **The Populist Century: History, Theory, Critique**. Cambridge: Polity Press, 2021.

ROVIRA KALTWASSER, C. et al. Populism: an overview of the concept and the state of the art. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of populism**. New York: Oxford University Press, 2017.

ROXBOROUGH, I. Unity and diversity in Latin American history. **Journal of Latin American Studies**, v. 16, n. 1, p. 1–26, 1984.

RYDGREN, J. Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family. **European Journal of Political Research**, v. 44, n. 3, p. 413–437, maio 2005. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1475-6765.2005.00233.x>>.

SANDERS, K.; HURTADO, M. J. M.; ZORAGASTUA, J. Populism and exclusionary narratives: The ‘other’ in podemos’ 2014 european union election campaign. **European Journal of Communication**, v. 32, n. 6, p. 552–567, 2017.

SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. **American political science review**, v. 64, n. 4, p. 1033–1053, 1970.

SAWARD, M. **The representative claim**. New York: Oxford University Press, 2010.

SCHMITT, C. **The concept of the political**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

SCHMUCK, D.; HAMELEERS, M. Closer to the people: A comparative content analysis of populist communication on social networking sites in pre-and post-election periods. **Information, Communication & Society**, v. 23, n. 10, p. 1531–1548, 2020.

SCHWÖRER, J. **The Growth of Populism in the Political Mainstream**. [s.l.] Springer, 2021.

SHILS, E. The intellectuals in the political development of the new states. **World politics**, v. 12, n. 3, p. 329–368, 1960.

SILVA, B. C. et al. An Empirical Comparison of Seven Populist Attitudes Scales. **Political Research Quarterly**, p. 1065912919833176, 2019.

SILVA, B. C. Populist success: a qualitative comparative analysis. In: HAWKINS, K. A. et al. (Ed.). **The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis**. New York: Routledge, 2019. p. 279–293.

SKONIECZNY, A. Emotions and political narratives: Populism, Trump and trade. **Politics and governance**, v. 6, n. 4, p. 62–72, 2018.

STANLEY, B. The thin ideology of populism. **Journal of political ideologies**, v. 13, n. 1, p.

95–110, 2008.

STANYER, J.; SALGADO, S.; STRÖMBÄCK, J. Populist Actors as Communicators or Political Actors as Populist Communicators. Cross-National Findings and Perspectives. In: AALBERG, T. et al. (Ed.). **Populist Political Communication in Europe**. New York: Routledge, 2017. p. 353–364.

STAVRAKAKIS, Y. Paradoxes of Polarization: Democracy's Inherent Division and the (Anti-) Populist Challenge. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 43–58, 14 jan. 2018. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764218756924>>.

STAVRAKAKIS, Y.; JÄGER, A. **Accomplishments and limitations of the 'new' mainstream in contemporary populism studies** SAGE Publications Sage UK: London, England, , 2018. .

STEWART, A. The social roots. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (Ed.). **Populism: Its Meanings and National Characteristics**. Hertfordshire: The Garden City Press Ltd, 1969. p. 180–196.

TAGGART, P. **Populism**. Buckingham: Open University Press, 2000.

TAGGART, P. Populism and the pathology of representative politics. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Ed.). **Democracies and the Populist Challenge**. New York: Palgrave, 2002. p. 62–80.

TAGUIEFF, P.-A. Political science confronts populism: from a conceptual mirage to a real problem. **Telos**, v. 1995, n. 103, p. 9–43, 1995.

TARCHI, M. Populism: Ideology, political style, mentality? **Politologický Časopis-Czech Journal of Political Science**, v. 23, n. 2, p. 95–109, 2016.

TORMEY, S. **Populismo: uma breve introdução**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

URBINATI, N. **Democracy Disfigured: opinion, truth, and the people**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

URBINATI, N. Antiestablishment and the substitution of the whole with one of its parts. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **Routledge handbook of global populism**. New York: Routledge, 2019a. p. 77–97.

URBINATI, N. Political theory of populism. **Annual review of political science**, v. 22, p. 111–127, 2019b.

URBINATI, N. **Me the people: how populism transforms democracy**. Cambridge: Harvard University Press, 2019c.

VAN KRIEKEN, R. Menno ter Braak on Democracy, Populism and Fascism: Ressentiment and its Vicissitudes. **Theory, Culture & Society**, v. 36, n. 3, p. 87–103, 24 nov. 2019. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276418806572>>.

WARE, A. The United States: Populism as Political Strategy. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Ed.). **Democracies and the Populist Challenge**. New York: Palgrave, 2002. p. 101–119.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WEYLAND, K. Neopopulism and neoliberalism in Latin America: Unexpected affinities. **Studies In Comparative International Development**, v. 31, n. 3, p. 3–31, set. 1996. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/BF02738987>>.

WEYLAND, K. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American

Politics. **Comparative Politics**, v. 34, n. 1, p. 1, out. 2001. Disponível em:
<<https://www.jstor.org/stable/422412?origin=crossref>>.

WEYLAND, K. Populism: a political-strategic approach. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Ed.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

WILES, P. A syndrome, not a doctrine: some elementary theses on populism. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (Ed.). **Populism: Its Meanings and National Characteristics**. Hertfordshire: The Garden City Press ltd, 1969. p. 166–179.

WORSLEY, P. The concept of populism. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. (Ed.). **Populism: Its Meanings and National Characteristics**. Hertfordshire: The Garden City Press ltd, 1969. p. 212–250.

YOSHIDA, T. Populism “made in Japan”: A new species? **Asian Journal of Comparative Politics**, p. 2057891119844608, 2019.